

Formulário para Solicitação de Autorização de Inexigibilidade de Licitação

**Unidade Solicitante:**

CEAF - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

**Objeto:**

Inscrição de 300 Membros do MPBA no XXV Congresso Nacional do Ministério Público, que acontecerá no período de 08 a 10/11/2023, em Salvador.

**Finalidade / Objetivo da Contratação:**

Capacitação de membros do MPBA.

Fornecedor Selecionado

**1 - Fornecedor (Nome/Razão Social):**

ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - AMPEB

**1 - Endereço:**

Blvd. América, 59 - Nazaré - Salvador/BA - 40.050-320

**1 - CPF/CNPJ:**

13041124000167

**1 - Valor (R\$):**

186.000,00

Anexar:

1 - Certidões - prova de regularidade do fornecedor escolhido, conforme descritas na base de conhecimento.

2 - Minuta do Contrato - Contrato preenchido com as informações orçamentárias (Código da Unidade Gestora, deverá ser verificado na Base de Conhecimento), quando for o caso.

3 - Procedimento Padrão do Contrato (Disponível da Base de Conhecimento).

Fiscais Do Contrato

Fiscal

**Nome completo:**

Não se aplica

**Matrícula:**

Não se aplica

Suplente

**Nome completo (suplente):**

Não se aplica

**Matrícula (suplente):**

Não se aplica

**Responsável pelo preenchimento:**

Liliane Formigli Noblat

Fundamentação Legal: Art. 60 Incisos I, II e III



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Formigli Noblat** em 17/08/2023, às 15:45, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0764782** e o código CRC **E44C360D**.

---



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

1. OBJETO		
1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO	Especificação do Objeto Inscrição de 300 Membros do MPBA no XXV Congresso Nacional do Ministério Público, que acontecerá no período de 08 a 10/11/2023, em Salvador.	
1.2 FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> ( x )	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO)
ESCOLHER UMA DAS TRÊS OPÇÕES	<input type="checkbox"/> ( )	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
(Marcar com X):	<input type="checkbox"/> ( )	C) OUTROS:
1.3 JUSTIFICATIVA: <u>NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</u>	Capacitação de Membros do MPBA.	
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO</u>	O evento "XXV Congresso Nacional do Ministério Público" está sendo organizado pela AMPEB – Associação do Ministério Público do Estado da Bahia.	
1.5 INDICAÇÃO DE MODELO E/OU MARCA OBRIGATÓRIOS	<input type="checkbox"/> ( ) SIM	<input checked="" type="checkbox"/> ( x ) NÃO
ESCOLHER UMA OPÇÃO* (Marcar com X):	1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:	
	1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:	
2. FUNDAMENTO LEGAL		
2.1 INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL EM QUE SE ENQUADRA A HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO ESCOLHER UMA	<input type="checkbox"/> ( )	A) Artigo 60, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;
	<input checked="" type="checkbox"/> ( x )	B) Artigo 60, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

OPÇÃO\*

( )

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

C) Artigo 60, caput - quando caracterizada a inviabilidade de competição;

### 3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

#### 3.1 REGRAS DE FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

##### 3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

( ) A SIM

(x) B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)

#### 3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

##### 3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO:

( ) Empreitada por preço unitário

(x) Empreitada por preço global

( ) Outro:

##### 3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO:

➤ 02 dias (x) Úteis ( ) Corridos.

➤ Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

##### 3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO

➤ 90 dias ( ) Úteis (x) Corridos

➤ O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.

##### 3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

(x) A) NÃO

( )

B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

➤ Por até dias ( ) Úteis ( ) Corridos

##### 3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

No Centro de Convenções de Salvador, localizado na Av. Octávio Mangabeira, 5.490 - Boca do Rio.





## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

### 3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:

\*

- Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO *(Marcar com X)*:  
( x ) A) NÃO                      ( ) B) SIM
- Unidade responsável:
- Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento:
- Dias para realização da entrega dos serviços:

### 3.3 GARANTIA DO OBJETO

ESCOLHER UMA  
OPÇÃO \*  
*(Marcar com X)*:

(x)

A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA

( )

B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA - Regras:

- EXECUTOR DA GARANTIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO *(Marcar com X)*:  
( ) A) CONTRATADA (Regra geral)  
( ) B) FABRICANTE (Exceção)  
➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):
- DURAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO *(Marcar com X)*:  
( ) A) 01 ANO  
( ) B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)  
( ) C) OUTRO. Especificar:
- PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER UMA OPÇÃO *(Marcar com X)*:  
( ) A) \_\_\_\_\_ HORAS    ( ) Úteis            ( ) Corridas  
( ) B) \_\_\_\_\_ DIAS    ( ) Úteis            ( ) Corridos
- NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO *(Marcar com X)*:  
( ) A) SIM  
( ) B) NÃO
- FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER UMA OPÇÃO *(Marcar com X)*:  
( ) A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador  
( ) B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

( ) C) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção).

Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de "Executor" acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

( ) D) Outra. Especificar:

➤ **DEMAIS REGRAMENTOS:**

**3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** \_\_\_\_ dias ( ) Úteis ( ) Corridos

Não haverá recebimento provisório, com base no art. 162, II, da Lei Estadual nº 9.433/2005.

**3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:** 10 dias (x) Úteis ( ) Corridos

A Coordenação Administrativa do CEAF providenciará o recebimento definitivo do serviço executado no prazo de até 10 dias úteis, contados a partir do dia 10/11/2023.

**3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO:** Coordenação Administrativa do CEAF.

**3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):**

(x) A) NÃO SE APLICA

( ) B) PRAZO: ( ) \_\_\_\_ HORAS ( ) Úteis ( ) Corridas

( ) DIAS ( ) Úteis ( ) Corridos

**DEMAIS REGRAMENTOS:**

3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Nota de Empenho.

3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo;

3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

**3.4 CONDIÇÕES E  
RESPONSÁVEIS PELO  
RECEBIMENTO**



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitatória que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

### 3.5 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

ESCOLHER UMA  
OPÇÃO  
(Marcar com X):

(x)

A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO

( )

B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.

- Indicar parcela(s) subcontratável(eis):
- Indicar regras/condições para subcontratação:

### 3.6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

(x)

A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

( )

B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA

( )

C) PAGAMENTO PARCELADO:

- Quantidade de parcelas:
- Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):

( )

C) PAGAMENTO MENSAL

( )

D) OUTRA:

3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

(x)

A) NÃO SE APLICA

( )

B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar:

3.6.3 DEMAIS REGRAS:

3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;

3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.

(x) A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS

B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. Regras:

➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

( ) A) INPC/IBGE

( ) B) OUTRO. Indicar:

➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;

➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.

➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;

3.7 POSSIBILIDADE  
OU NÃO DE REAJUS-  
TAMENTO, COM IN-  
DICAÇÃO DE ÍNDICE  
OFICIAL

ESCOLHER UMA OP-  
ÇÃO \*  
(*Marcar com X*):

3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

### 3.8 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS

(x)	<p><b>A) CONTRATAÇÕES <u>SEM</u> INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO</b></p> <p>➤ ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>):</p> <p>( ) Opção 1: ____ meses, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor</p> <p>( x ) Opção 2: 90 dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor</p>
( )	<p><b>B) CONTRATAÇÕES <u>COM</u> INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO</b></p> <p>➤ ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>):</p> <p>( ) Opção 1: ____ meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>):</p> <p>( ) A) Data certa: ____ de ____ de ____</p> <p>( ) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico</p> <p>( ) Opção 2: ____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>):</p> <p>( ) A) Data certa: ____ de ____ de ____</p> <p>( ) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico</p> <p>➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):</p>
<p><b>3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>):</b></p>	
(x)	<p><b>A) NÃO</b></p>
( )	<p><b>B) SIM. Justificativa:</b></p>

### 3.9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA\*

#### OBRIGAÇÕES GERAIS

3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decorso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;





## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o MPBA, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao MPBA e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao MPBA todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do MPBA;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo MPBA, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o MPBA;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.13 Comunicar formalmente ao MPBA qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MPBA.

### OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

( x ) A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

( ) B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:

### 3.10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE\*

#### OBRIGAÇÕES GERAIS

3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do MPBA, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.

### OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

( x ) A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

( ) B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:

### 3.11 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL

( x ) A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)

( ) B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL

( ) C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras:





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

ESCOLHER UMA OP-  
ÇÃO

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

- Percentual exigido:  
( ) 5% (cinco por cento) OU ( ) Outro. Indicar: \_\_\_\_\_ % (\_\_\_\_\_ por cento)
- Prazo para apresentação: \_\_\_\_\_ dias após assinatura do contrato.

## ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

### 1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

#### 1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

Item	Descrição	Inscrição	Valor Unitário	Valor Total
1	Inscrição de 300 Membros do MPBA no XXV Congresso Nacional do Ministério Público, que acontecerá no período de 08 a 10/11/2023, em Salvador.	300	R\$ 620,00	R\$ 186.000,00



## 1. OBJETO

### Especificação do Objeto

#### 1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

Inscrição de 300 Membros do MPBA no XXV Congresso Nacional do Ministério Público, que acontecerá no período de 08 a 10/11/2023, em Salvador.

#### 1.2 FORMA DE CONTRATAÇÃO

( x )

**A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO)**

ESCOLHER UMA  
DAS TRÊS  
OPÇÕES

( )

**B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA**

(Marcar com  
X):

( )

**C) OUTROS:**

#### 1.3 JUSTIFICATIV A:

Capacitação de Membros do MPBA.

#### NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

#### 1.4 JUSTIFICATIV A: DA INVIABILIDAD E DE COMPETIÇÃO

O evento "XXV Congresso Nacional do Ministério Público" está sendo organizado pela AMPEB – Associação do Ministério Público do Estado da Bahia.

#### 1.5 INDICAÇÃO DE MODELO E/OU MARCA OBRIGATÓRI S

( ) SIM

( x ) NÃO

**1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:**

ESCOLHER UMA  
OPÇÃO\*  
(Marcar com  
X):

**1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:**

## 2. FUNDAMENTO LEGAL

<b>2.1 INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL EM QUE SE ENQUADRA A HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO</b> ESCOLHER UMA OPÇÃO* (Marcar com X):	( )	<b>A) Artigo 60, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005</b> - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;
	( x )	<b>B) Artigo 60, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005</b> - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;
	( )	<b>C) Artigo 60, caput</b> - quando caracterizada a inviabilidade de competição;

## 3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

<b>3.1 REGRAS DE FORMALIZAÇÃO O CONTRATUAL</b>	<b>3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO</b> ( ) A SIM (x ) B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)
<b>3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	<b>3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO:</b> ( ) Empreitada por preço unitário (x) Empreitada por preço global ( ) Outro: <b>3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO:</b> ➤ 02 dias ( x ) Úteis ( ) Corridos. ➤ Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail. <b>3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO</b> ➤ 90 dias ( ) Úteis ( x ) Corridos ➤ O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual. <b>3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO</b> (x ) A) NÃO



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

( ) **B) SIM.** Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

➤ Por até dias ( ) Úteis ( ) Corridos

### 3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

No Centro de Convenções de Salvador, localizado na Av. Octávio Mangabeira, 5.490 - Boca do Rio.

### 3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:

\*

➤ Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( x ) A) NÃO ( ) B) SIM

➤ Unidade responsável:

➤ Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento:

➤ Dias para realização da entrega dos serviços:

### 3.3 GARANTIA DO OBJETO

ESCOLHER UMA  
OPÇÃO \*  
(**Marcar com X**):

(x)  
)

#### A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA

(  
)

#### B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA - Regras:

➤ **EXECUTOR DA GARANTIA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( ) A) CONTRATADA (Regra geral)

( ) B) FABRICANTE (Exceção)

➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):

➤ **DURAÇÃO** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( ) A) 01 ANO

( ) B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)

( ) C) OUTRO. Especificar:



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

- **PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( ) A) \_\_\_\_\_ HORAS    ( ) Úteis                    ( ) Corridas  
( ) B) \_\_\_\_\_ DIAS        ( ) Úteis                    ( ) Corridos

- **NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( ) A) SIM  
( ) B) NÃO

- **FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA** (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( ) A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador  
( ) B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)  
( ) C) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção). Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de "Executor" acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

( ) D) Outra. Especificar:

- **DEMAIS REGRAMENTOS:**

### 3.4 CONDIÇÕES E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO

**3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** \_\_\_\_\_ dias    ( )  
Úteis                    ( ) Corridos

Não haverá recebimento provisório, com base no art. 162, II, da Lei Estadual nº 9.433/2005.



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

**3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:** 10 dias ☒ ( x ) Úteis  
☐ ( ) Corridos

A Coordenação Administrativa do CEAF providenciará o recebimento definitivo do serviço executado no prazo de até 10 dias úteis, contados a partir do dia 10/11/2023.

**3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO:** Coordenação Administrativa do CEAF.

**3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):**

☒ ( x ) A) NÃO SE APLICA

☐ ( ) B) PRAZO: ☐ ( ) \_\_\_\_\_ HORAS ☐ ( ) Úteis ☐ ( ) Corridas  
☐ ( ) \_\_\_\_\_ DIAS ☐ ( ) Úteis ☐ ( )  
Corridos

### DEMAIS REGRAMENTOS:

3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Nota de Empenho.

3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo;

3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

☒ ( x ) **A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO**

☐ ( ) **B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.**

**3.5  
POSSIBILIDADE  
E OU NÃO DE  
SUBCONTRATA**





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

ÇÃO

## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

- Indicar parcela(s) subcontratável(eis):
- Indicar regras/condições para subcontratação:

### 3.6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

#### 3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

(X) A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

( ) B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA

#### ( ) C) PAGAMENTO PARCELADO:

- Quantidade de parcelas:
- Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):

( ) C) PAGAMENTO MENSAL

( ) D) OUTRA:

#### 3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO (*Marcar com X*):

(X) A) NÃO SE APLICA

( ) B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar:

#### 3.6.3 DEMAIS REGRAS:

3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será



## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;

3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.

(x)  
)

### A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS

(  
)

### B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. Regras:

- Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
  - ( ) A) INPC/IBGE
  - ( ) B) OUTRO. Indicar:
- A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;
- Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.
- Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;

### 3.7 POSSIBILIDADE E OU NÃO DE REAJUSTAMEN TO, COM INDICAÇÃO DE ÍNDICE OFICIAL

ESCOLHER UMA  
OPÇÃO \*  
(**Marcar com  
X**):

### 3.8 DEFINIÇÃO

**3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):



DE VIGÊNCIAS

(x)  
)

**A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO**

➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( ) **Opção 1:** \_\_\_\_ meses, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

( x ) **Opção 2:** **90** dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

(  
)

**B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO**

➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( ) **Opção 1:** \_\_\_\_ meses, contados a partir de(a) -  
ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( ) A) Data certa: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

( ) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

( ) **Opção 2:** \_\_\_\_ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( ) A) Data certa: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

( ) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):

**3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):**

(x)  
)

**A) NÃO**

(  
)

**B) SIM.** Justificativa:

**3.9  
OBRIGAÇÕES  
DA  
CONTRATADA\***

**OBRIGAÇÕES GERAIS**

3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;



3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **MPBA**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **MPBA** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **MPBA** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **MPBA** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **MPBA**;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo **MPBA**, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições





## TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE

do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **MPBA**;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.13 Comunicar formalmente ao **MPBA** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **MPBA**.

### **OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

( x ) **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

( ) **B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.** Indicar:

### **3.10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

\*

### **OBRIGAÇÕES GERAIS**

3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do **MPBA**, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.



**OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

☒ **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

☐ **B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.** Indicar:

**3.11  
INDICAÇÃO  
SOBRE A  
NECESSIDADE  
DE GARANTIA  
CONTRATUAL,  
COM  
PERCENTUAL**  
  
ESCOLHER UMA  
OPÇÃO  
**(Marcar com  
X):**

☒ **A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)**

☐ **B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL**

☐ **C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL.** Regras:

- Percentual exigido:  
☐ 5% (cinco por cento) **OU** ☐ Outro. Indicar: \_\_\_\_\_ %  
(\_\_\_\_\_ por cento)
- Prazo para apresentação: \_\_\_\_\_ dias após assinatura do contrato.

## ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

### 1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

#### 1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

Item	Descrição	Inscrição	Valor Unitário	Valor Total
1	Inscrição de 300 Membros do MPBA no XXV Congresso Nacional do Ministério Público, que acontecerá no período de 08 a 10/11/2023, em Salvador.	300	R\$ 620,00	R\$ 186.000,00



[HOME](#) [SOBRE O EVENTO](#) [INSCRIÇÃO](#) [CARBONO NEUTRO](#) [TESES](#) [PROGRAMAÇÃO](#) [TURISMO](#)[FALE CONOSCO](#) [RESTRITO](#)

# Uma programação repleta de novidades.

[Veja a programação!](#)**74**

DIAS

**22**

HORAS

**10**

MINUTOS

**1**

SEGUNDOS



**Dr. Marcelo  
Miranda**

Presidente da AMPEB

## Colegas do Ministério Público brasileiro,

Apresentamos a XXV edição do Congresso Nacional do Ministério Público, que terá lugar em Salvador-BA, nos dias 08 a 10 de novembro de 2023.

Esta edição comemorativa foi pensada com muito cuidado e carinho para recebê-los a todos e todas na Capital baiana.

Trataremos dos mais diversos e importantes temas relativos à atuação do Ministério Público e com a contribuição das maiores autoridades e especialistas nesses assuntos, de dentro e fora de nosso país.



**Manoel Murrieta**  
Presidente da CONAMP

Faremos um balanço da atuação da instituição, mas, sobretudo, a projetaremos para o futuro, a partir da imersão em duas diretrizes inevitáveis de trabalho que são realidade: a resolutividade e o impacto das novas tecnologias em nosso cotidiano.

Será, ainda, um momento ímpar de interação e integração entre os associados que vierem ao evento, aproximando, em irmandade, todas as unidades e ramos de nossa instituição.

Desejamos fazer desta edição comemorativa de nosso tradicional congresso a maior e melhor de todos os tempos, por isso estamos trabalhando intensamente nos preparativos para que esse resultado seja alcançado.

Estamos ansiosos para dar-lhes as boasvindas, certos de que, juntos, viveremos a experiência de um grande e acolhedor evento!

Um abraço e até breve!



**PARTICIPE!  
FAÇA SUA  
INSCRIÇÃO**



**VEJA OS  
PALESTRANTES  
CONVIDADOS**



CONHEÇA OS  
INTEGRANTES  
DA COMISSÃO



CONSULTE A  
PROGRAMAÇÃO  
COMPLETA



## Local do evento

### Centro de Convenções de Salvador

O **Centro de Convenções Salvador (CCS)** é um espaço moderno e versátil, destaca-se por sua arquitetura arrojada e infraestrutura com padrão internacional, projetado para proporcionar uma experiência diferenciada aos visitantes.

Possui uma localização privilegiada, de frente para o mar de Salvador, o que permite que os participantes possam vivenciar uma experiência completa durante ao evento.

Av. Octávio Mangabeira, 5.490 - Boca do Rio, Salvador - BA, 41706-690

## Salvador - Bahia

Primeira capital da alegria, cultura e história



## Compre aqui sua hospedagem para o evento!

Realização:



ASSOCIAÇÃO DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

Apoio institucional:



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

Organização:



Patrocinadores



FUTURE CARBON  
GROUP



Esse site utiliza cookies, conforme Política de Proteção de Dados do XXV CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Desenvolvido por Zanda Multimeios da Informação

**RAZÃO SOCIAL:** ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - **CNPJ:** 130.411.240.001-67  
**ENDEREÇO:** Rua Boulevard América, 59 - Nazaré - Salvador/BA - CEP 40.050-320 - **TELEFONE:** 71 3320-2300



[HOME](#)[SOBRE O EVENTO](#)[INSCRIÇÃO](#)[CARBONO NEUTRO](#)[TESES](#)[PROGRAMAÇÃO](#)[TURISMO](#)[FALE CONOSCO](#)[RESTRITO](#)

# Inscrições

## Inscrições (on-line)

As inscrições poderão ser feitas pelo site até o dia **05/11/2023**.

## Formas de Pagamento

A Taxa de Inscrição deverá ser paga da seguinte forma:

- Cartão de Crédito em parcela única

Logo após o preenchimento da ficha de inscrição, você poderá efetuar o pagamento em sua área restrita.

Em caso de dúvidas, entre em contato através do e-mail [inscricao@eventussystem.com.br](mailto:inscricao@eventussystem.com.br)

## Categorias de Inscrição (R\$)

Categoria	Até 15/09/2023
Membro do Ministério Público	620,00
Acompanhantes*	310,00

\*Acesso restrito aos eventos sociais

## Regras de Inscrição

- A inscrição é pessoal e intransferível. Em caso de não comparecimento o valor pago não será devolvido.
- Em caso de solicitação de reembolso, por recebimento de transferência de inscrição de outro participante, será cobrado uma taxa incidente sobre o valor da inscrição.
- Somente o inscrito pode retirar o material do congresso no local com

apresentação de documento de identificação.

- Inscrições internacionais serão aceitas como reserva.
- A confirmação, para garantia do material, deverá ser feita na secretaria local até 24 horas antes do início do evento por meio do pagamento em moeda nacional e de acordo com a tabela vigente no dia da confirmação da inscrição.
- O recibo, com os dados oficiais do evento e emitidos pelo sistema de inscrição, é o documento oficial do Congresso.
- O direito à adição de acompanhante valerá até o alcance de (2.000 participantes inscritos), depois disso o sistema irá encerrar automaticamente por conta do limite estrutural do espaço onde vai ser realizado a programação social.
- O pagamento deve ser feito diretamente no site, exclusivamente por meio da CIELO, e de acordo com os valores e vencimentos definidos na tabela.

## Ficha de Inscrição *on line*

Caso você já tenha participado de algum evento organizado pela Eventus System, informe seu CPF para recuperação dos dados:

NOVO  
CADASTRO

Realização:



Apoio institucional:



Organização:



ASSOCIAÇÃO DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

Patrocinadores



Esse site utiliza cookies, conforme Política de Proteção de Dados do XXV CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Desenvolvido por Zanda Multimeios da Informação

**RAZÃO SOCIAL:** ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - **CNPJ:** 130.411.240.001-67

**ENDEREÇO:** Rua Boulevard América, 59 - Nazaré - Salvador/BA - CEP 40.050-320 -

**TELEFONE:** 71 3320-2300



**Associação do Ministério Público do Estado da Bahia**

**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (AMPEB)**



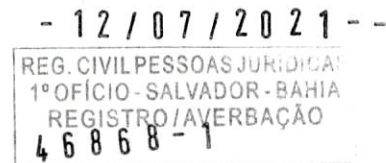
**CAPÍTULO I**

**DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E FINALIDADES**

Art. 1º - A Associação do Ministério Público do Estado da Bahia, entidade representativa dos membros do Ministério Público da Bahia, designada pela sigla "AMPEB", fundada em 07 de fevereiro do ano de 1961, é uma associação sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede na Rua Boulevard América, 59, bairro Nazaré, nesta Capital, e foro na Cidade de Salvador, Estado da Bahia. (alterado na AGE de 27.04.2018)

Art. 2º - A AMPEB tem por finalidades:

- I - promover a unidade institucional do Ministério Público;
- II - congregar os associados em torno de interesses comuns, desenvolvendo o espírito de solidariedade;
- III - estimular o debate de questões institucionais e o aprimoramento funcional e pessoal;
- IV - representar, judicial e extrajudicialmente, seus associados, na defesa de direitos e interesses coletivos, inclusive para ajuizamento de mandado de segurança coletivo, mandado de injunção, ação direta de inconstitucionalidade e outras medidas, independentemente de autorização da Assembleia Geral;
- V - atuar como assistente e disponibilizar assistência jurídica ao associado, quando parte ou interessado em procedimento judicial ou administrativo, nas questões relacionadas às funções institucionais e suas prerrogativas, desde que não se trate de conflito de interesses entre associados;



Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)





## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

VI - prestar apoio aos membros do Ministério Público, sempre que forem desrespeitados os seus direitos e prerrogativas funcionais;

VII - promover o intercâmbio e o relacionamento com associações de classe congêneres;

VIII - disponibilizar serviços de natureza previdenciária, securitária, de saúde, odontológicos, psicológicos, fisioterápicos e de lazer para os associados e seus dependentes, podendo, para tanto, firmar contratos ou estabelecer convênios com entidades especializadas;

IX - promover o aprimoramento da cultura jurídica, realizando e estimulando a participação de seus associados em conferências, congressos, seminários, grupo de estudo e concursos de melhor trabalho científico e arrazoadado forense;

X - promover a integração e o conagraamento dos associados e seus dependentes, através de atividades culturais, sociorrecreativas e esportivas;

XI - prestar assistência social aos associados e seus dependentes, em situações de doença e falecimento;

XII - manter o associado devidamente informado de todos os assuntos de interesse da classe;

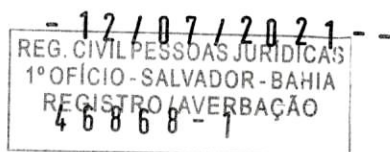
XIII - defender interesses gerais do Ministério Público, participando, inclusive, de entidade nacional que congregue a classe.

Parágrafo único - À AMPEB é vedado:

I - intervir em questões político-partidárias e de convicção religiosa;

II - fazer qualquer discriminação entre seus associados;

III - manifestar-se sobre assunto estranho às suas finalidades.



Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)



**CAPÍTULO II**

**DOS SÓCIOS E SEUS DEPENDENTES**

Art. 3º - São sócios da AMPEB:

I - Titulares: todos os membros do Ministério Público do Estado da Bahia ativos, em disponibilidade ou aposentados, devidamente inscritos;

II - Honorários: as pessoas que tenham prestado relevantes serviços à AMPEB ou aos seus associados, mediante indicação da Diretoria e do Conselho Consultivo, por deliberação conjunta e maioria absoluta, com aprovação da Assembleia Geral;

III - Contribuintes: os ex-integrantes do Ministério Público do Estado da Bahia, os integrantes dos Ministérios Públicos de outros Estados, os Membros do Ministério Público de Contas e os dependentes do sócio titular falecido, devidamente inscritos; (alterado na AGE de 27.04.2018)

IV - Vinculados: aqueles indicados pelo associado principal (titular, honorário ou contribuinte) e que com este guardem relação de parentesco ou mantenham algum vínculo afetivo, para fins exclusivos de participação em plano de benefícios previdenciários.

§ 1º - A admissão de sócios titulares e contribuintes decorre de pedido de inscrição dirigido ao Presidente da entidade, contendo aceitação das normas estatutárias.

§ 2º - À exceção dos sócios honorários e vinculados, os demais estão sujeitos ao pagamento da contribuição mensal, fixada nos termos do artigo 20, inciso V do Estatuto;

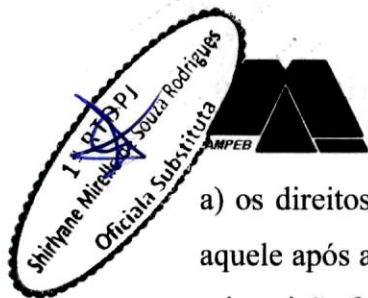
§ 3º - A contribuição associativa do sócio-titular será efetivada mediante autorização de desconto mensal em folha de pagamento.

§ 4º - A Diretoria expedirá documento de identificação para os sócios titulares, contribuintes e seus dependentes.

§ 5º - A readmissão de ex-associado dependerá de aprovação da Diretoria e pressupõe o seguinte: (Redação dada na AGE de 27.04.2018)

Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)

Shirlyane Mello de Souza  
1º OJD  
Oficial de Registro  
REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS  
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA  
REGISTRO/AVERBAÇÃO  
46868-1  
- 12/07/2021 -



## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

- a) os direitos previstos nos incisos II e VIII do artigo 4º só poderão ser exercidos por aquele após a carência de 90 (noventa) dias, contados da data em que o requerimento de reinscrição for protocolado na Secretaria da Associação;
- b) o direito previsto no inciso IV do art. 4º só poderá ser exercido por aquele após a carência de 02 (dois) anos contada da data em que o requerimento de reinscrição for protocolado na Secretaria da Associação;
- c) o primeiro pedido de readmissão implicará o pagamento de duas contribuições associativas assim que deferido pela Diretoria;
- d) em caso de segundo pedido de readmissão, o requerente pagará as contribuições associativas devidas desde o seu desligamento, até o limite de doze;
- e) a Diretoria deliberará, dentro de 30 dias, sobre o requerimento de reinscrição citado nas alíneas anteriores.

§ 6º - Para todos os efeitos deste Estatuto, consideram-se dependentes do sócio titular ou contribuinte:

I - o cônjuge;

II - o cônjuge supérstite, enquanto durar a viuvez;

III - o (a) companheiro (a), enquanto perdurar o vínculo previdenciário;

IV - o (a) filho (a) ou enteado (a) solteiro (a) menor de 18 anos, ou, de qualquer idade, se incapaz;

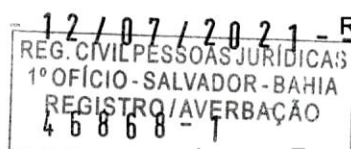
V - o (a) filho (a) ou enteado (a) solteiro (a) menor de 24 anos, se estudante universitário (a) ou cursando escola técnica, comprovada a dependência econômica;

VI - a pessoa sob sua guarda judicial, tutela ou curatela.

Art. 4º - São direitos dos sócios titulares:

I - usar o documento de identificação e o distintivo fornecidos pela Associação;

II - tomar parte na Assembleia Geral, discutir e votar assuntos nela tratados;



12 / 07 / 2021 - Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)





## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

Shirleyane Mirelle de Souza Rodrigues  
1º RTDPI  
Oficial de Registro

III - propor à Diretoria ou à Assembleia Geral medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;

IV - votar e ser votado para os cargos de Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal;

V - gozar dos benefícios e vantagens proporcionados pela Associação;

VI - propor admissão de sócio vinculado;

VII - participar, como observador, das reuniões da Diretoria;

VIII - convocar a Assembleia Geral, na forma e casos previstos neste estatuto.

§ 1º - Aos sócios contribuintes são assegurados apenas os direitos constantes dos incisos I, V e VI deste artigo.

§ 2º - Os direitos dos sócios vinculados limitam-se, exclusivamente, aos relativos à sua participação em plano de benefícios previdenciários.

Art. 5º - São deveres dos sócios:

I - cumprir as disposições estatutárias e respeitar as deliberações tomadas pela Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal;

II - envidar esforços para a consecução das finalidades e objetivos da associação;

III - pagar a contribuição associativa;

IV - manter atualizado o seu cadastro, comunicando à Secretaria as alterações de nome, estado civil, mudanças de residência, endereço eletrônico, números de telefone ou endereço para correspondências;

V - aceitar e desempenhar, gratuitamente, com empenho, os encargos para os quais for eleito ou designado;

VI - comparecer às sessões da Assembleia Geral.

- 12 / 07 / 2021 -  
REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS  
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA  
REGISTRO / AVERBAÇÃO  
46868 - 1

Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)



## **Associação do Ministério Público do Estado da Bahia**

Art. 6º - Os associados que descumprirem seus deveres estatutários ou cujo procedimento se tome incompatíveis com a dignidade do Ministério Público estarão sujeitos às seguintes penalidades, aplicadas pela Diretoria:

I - advertência;

II - suspensão;

III – exclusão.

Parágrafo único - Quando o infrator for um membro da Diretoria, Conselho Consultivo ou Conselho Fiscal, as penalidades serão aplicadas pela Assembleia Geral, sendo neste caso, os recursos dirigidos à própria Assembleia Geral.

Art. 7º - Constituem justa causa para imposição da penalidade de exclusão:

I - malversação das receitas da AMPEB;

II - conduta incompatível com a condição de associado;

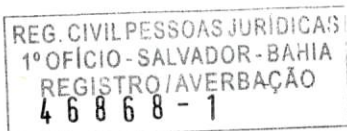
III - condenação a pena de reclusão, com trânsito em julgado;

IV - existência de qualquer outro motivo grave, reconhecido fundamentadamente.

§ 1º - Caberá recurso voluntário para a Assembleia Geral, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da ciência inequívoca da penalidade imposta.

§ 2º - Será assegurado amplo direito de defesa.

- 12 / 07 / 2021 - -



### **CAPÍTULO III**

#### **DOS ÓRGÃOS**

##### **Seção I – Disposições Gerais**

Art. 8º - São órgãos da Associação:





## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

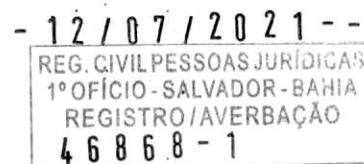


I - Assembleia Geral;

II - Diretoria;

III - Conselho Consultivo;

IV - Conselho Fiscal.



### Seção II – Da Assembleia Geral

Art. 9º- A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da Associação, sendo constituída pelos sócios titulares.

Parágrafo único - Observada a disponibilidade financeira da AMPEB, a participação não presencial dos sócios titulares na Assembleia Geral poderá vir a ser propiciada por intermédio da rede mundial de computadores, desde que os instrumentos tecnológicos utilizados garantam:

I - a identificação dos sócios participantes;

II - a simultaneidade com o momento do ato;

III - a autenticidade da manifestação de vontade.

Art. 10º - Compete à Assembleia Geral:

I - eleger e, se for o caso, destituir os membros da Diretoria, Conselho Consultivo ou Conselho Fiscal;

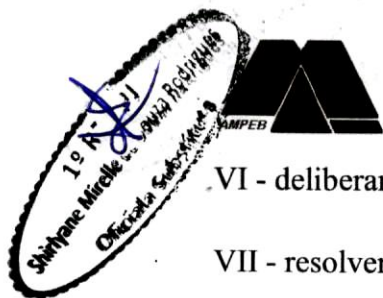
II - apreciar, anualmente, após o parecer do Conselho Fiscal, as contas da Diretoria;

III - alterar ou reformar o estatuto;

IV - apreciar recursos contra as penalidades impostas aos associados;

V - aplicar penalidades previstas neste estatuto aos associados integrantes da Diretoria, Conselho Consultivo ou Conselho Fiscal;

Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)



## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

VI - deliberar sobre qualquer matéria de interesse da Associação;

VII - resolver, em última instância, os casos omissos no estatuto;

VIII - apreciar, anualmente, os planos e metas traçados pela Diretoria para o exercício seguinte.

Art. 11 - A Assembleia Geral pode ser convocada:

I - pelo Presidente;

II - por 2/3 (dois terços) dos membros da Diretoria;

III - por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Consultivo;

IV - pela totalidade dos membros do Conselho Fiscal;

V - por 1/5 (um quinto) dos associados titulares, em pleno gozo dos direitos sociais.

Art. 12 - A convocação da Assembleia Geral far-se-á por edital, enviado por carta a todos os sócios e publicado no órgão informativo da AMPEB, sem prejuízo da utilização de outros meios eletrônicos.

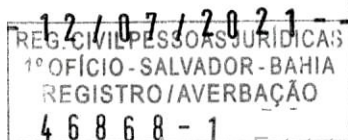
§ 1º - Do edital constarão a ordem do dia da Assembleia, o local, a data e a hora da reunião, bem assim a forma de participação na hipótese do parágrafo único do artigo 9º.

§ 2º - A Assembleia Geral será realizada em prazo não inferior a 15 (quinze) dias, nem superior a 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação do edital.

§ 3º - A Assembleia Geral para a eleição da Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal será convocada em prazo não inferior a 45 (quarenta e cinco), nem superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 13- O sócio titular deverá provar sua qualidade, confirmando sua participação na Assembleia Geral, segundo a forma prevista no edital, sendo vedado fazer-se representar por procuração.

Art. 14 - A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de pelo menos 1/3 dos associados em condições de voto; em segunda convocação, trinta



Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300

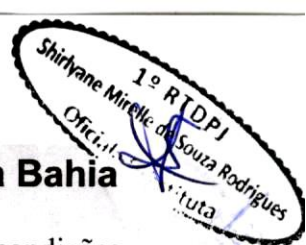
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia

Home Page: <http://www.ampeb.org.br>

e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)



## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia



minutos após, com a presença de, no mínimo, 50 (cinquenta) associados em condições de voto. (alterado na AGE de 27.04.2018)

§ 1º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos participantes, não computados as abstenções, os votos em branco e os votos nulos, ressalvadas as hipóteses do parágrafo seguinte.

§ 2º - Exige-se a participação de pelo menos 1/3 (um terço) dos associados titulares e o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos participantes na Assembleia Geral especialmente convocada, para as deliberações que versem sobre:

I - destituição de membro da Diretoria, do Conselho Consultivo ou do Conselho Fiscal;

II - alteração do Estatuto;

III - dissolução da AMPEB.

- 12 / 07 / 2021 -  
REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS  
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA  
REGISTRO / AVERBAÇÃO  
46868 - 1

§ 3º - A Assembleia Geral poderá autorizar, durante os trabalhos, a presença ou a manifestação de pessoas alheias ao quadro de sócios titulares.

Art. 15 - A Assembleia Geral será presidida e secretariada, respectivamente, pelo Presidente e pelo Secretário-Geral; na falta de um ou de outro, pelos seus substitutos, ou, finalmente, por quem os sócios presentes elegerem.

§ 1º - Caberá ao Presidente fixar o tempo das intervenções, bem como deferir ou não as questões de ordem levantadas, com recurso ao plenário.

§ 2º - Considera-se questão de ordem esclarecimento ou matéria que constitua pressuposto lógico para deliberação.

Art. 16 - Anualmente, na primeira quinzena do mês de março, será realizada Assembleia Geral Ordinária para tomar as contas da Diretoria, deliberar sobre o relatório de atividades e o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício financeiro anterior, e apreciar os planos e as metas da Diretoria para o próximo exercício, (alterado na AGE de 27.04.2018)

§ 1º - Pelo menos dez dias antes da data marcada para a Assembleia Geral Ordinária, a Diretoria encaminhará aos associados titulares o balanço e o demonstrativo financeiro,

Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)





## **Associação do Ministério Público do Estado da Bahia**

informando que se encontram à disposição de todos, para exame, os documentos contábeis correspondentes, bem como o relatório de atividades da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal.

§ 2º - O demonstrativo financeiro conterá a discriminação das fontes de receitas e despesas, do patrimônio imobilizado e da parcela de reinvestimento.

§ 3º - Instalada a Assembleia Geral, o Secretário fará a leitura do Relatório de atividades da Diretoria, do parecer do Conselho Fiscal e do demonstrativo financeiro.

§ 4º - O Presidente abrirá a discussão sobre a prestação de contas e o parecer do Conselho Fiscal, submetendo-os, em seguida, à votação.

Art. 17 - Bialmente, na primeira quinzena de maio, a Assembleia Geral se reunirá para eleger a Diretoria, o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal.

Art. 18 - A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á a qualquer tempo, observado o disposto neste Estatuto, com especial:

I - será realizada em prazo não inferior a 5 (cinco) dias nem superior a 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do respectivo edital no órgão oficial de comunicação da AMPEB;

II - é vedada a discussão e deliberação sobre assunto não especificado no edital de convocação.

### **Seção III – Da Diretoria**

Art. 19 - A Diretoria da AMPEB compõe-se de:

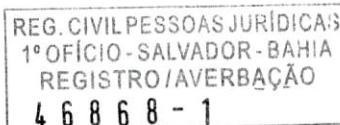
I - Presidente;

II - Vice-presidente;

III - Secretário-geral;

IV - Diretor Administrativo;

- 12 / 07 / 2021 - -





## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia



V - Diretor Financeiro;

VI - Diretor Sociocultural;

VII - Diretor de Esportes;

VIII - Diretor de Aposentados e Pensionistas; (alterado na AGE de 12.02.2021)

IX - Diretor Jurídico e de Prerrogativas Institucionais. (alterado na AGE de 12.02.2021)

Parágrafo único - Não podem compor a Diretoria da AMPEB os ocupantes dos cargos de Procurador-geral de Justiça, Corregedor-geral, os Membros do Conselho Superior, Secretário-geral, Chefe de Gabinete, Assessor Especial, os ocupantes de cargos ou funções demissíveis "ad nutum", bem como os associados que exerçam funções estranhas ao Ministério Público, que impliquem no afastamento da carreira.

Art. 20 - Compete à Diretoria:

I - convocar as Assembleias Gerais;

II - executar as deliberações das Assembleias Gerais;

III - encaminhar ao Conselho Fiscal, na primeira quinzena dos meses de janeiro, maio e setembro, os demonstrativos de receita e despesa da AMPEB, referentes ao quadrimestre findo, disponibilizando ao colegiado os livros e documentos contábeis;

IV - prestar contas anuais à Assembleia Geral, na forma deste Estatuto;

V - submeter à aprovação da Assembleia Geral o valor das contribuições associativas;

VI - praticar atos de livre gestão, ouvindo o Conselho Consultivo, quando indicado neste estatuto, e resolver todos os assuntos de interesse da entidade;

VII - convocar o Conselho Consultivo;

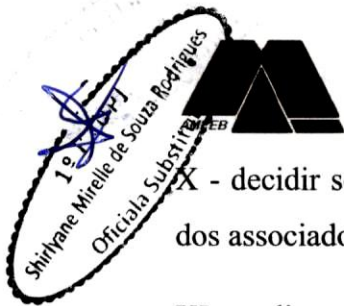
VIII - executar a política administrativa da associação, de acordo com planos e metas aprovados pela Assembleia Geral;

IX - zelar pelos direitos e prerrogativas institucionais dos associados;

- 12 / 07 / 2021 - -  
REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS  
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA  
REGISTRO / AVERBAÇÃO  
46868 - 1

Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)





## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

X - decidir sobre a adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais relativas a interesses dos associados e da associação, na forma deste estatuto;

XI - aplicar as penalidades previstas nos artigos 6º e 7º, ao associado que deixar de cumprir as disposições estatutárias, ou cujo procedimento se tornar incompatível com os fins da entidade;

XII - propor à Assembleia Geral a aceitação de doações com encargo, a alienação ou oneração de bens imóveis;

XIII - exercer outras funções compatíveis com as suas atribuições, desde que não conferidas a outro órgão estatutário;

XIV - resolver os casos omissos neste estatuto.

Art. 21 - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente.

Art. 22 - As reuniões da Diretoria, registradas em ata, serão instaladas com a presença de, pelo menos, quatro de seus membros, e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

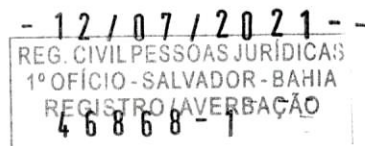
Art. 23 - Qualquer dos cargos de Diretoria será declarado vago, em reunião a esse fim convocada:

I - em caso de morte ou renúncia;

II - quando seu ocupante deixar de comparecer, injustificadamente, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a cinco alternadas;

Parágrafo único - Declarada a vacância do cargo, caberá aos demais membros da Diretoria eleger novo titular para o restante do mandato.

Art. 24 - Ressalvada disposição expressa deste Estatuto, os membros da Diretoria substituir-se-ão, reciprocamente, na hipótese de falta, impedimento ou afastamento, conforme designação do Presidente.



Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)



## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

Shirlyane Mirele de Souza Rodri  
1º RTDPJ  
Original Substituta

Art. 25 - O exercício das funções de Diretoria é gratuito, vedado o recebimento de qualquer remuneração pro labore, gratificações ou outro pagamento que, a qualquer título, de forma direta ou indireta, importe em retribuição por serviços prestados à entidade.

Art. 26 - Compete ao Presidente:

- I - convocar e presidir as Assembleias Gerais, as reuniões da Diretoria e as reuniões conjuntas da Diretoria e do Conselho Consultivo, definindo a respectiva ordem do dia;
- II - representar a AMPEB, judicial ou extrajudicialmente, perante os Poderes Públicos e nos atos da vida civil, podendo outorgar mandato;
- III - exercer a representação político-institucional da AMPEB;
- V - dirigir a administração da AMPEB, exercendo pessoalmente as atribuições inerentes a esta função, ou delegando-as a outro membro da Diretoria;
- V - constituir comissões ou delegações para cuidar de assuntos relacionados às finalidades estatutárias previstas no artigo 2º deste Estatuto, mediante deliberação da Diretoria;
- VI - autorizar despesas ordinárias e aquelas deliberadas pela Diretoria, determinando a realização dos respectivos pagamentos;
- VII - movimentar, em conjunto com o Diretor Financeiro, as contas bancárias da AMPEB;
- VII - manter intercâmbio com entidades congêneres, representando a AMPEB em conclave nacionais e internacionais;
- VIII - orientar e coordenar as atividades dos demais diretores;
- IX - integrar, como presidente, o Conselho Deliberativo da Fundação Escola Superior do MP;
- X - exercer outras funções compatíveis com a natureza do seu cargo.

- 12 / 07 / 2021 - -  
REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS  
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA  
REGISTRO / AVERBAÇÃO  
46868-1

Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)



## **Associação do Ministério Público do Estado da Bahia**

Parágrafo único - Em suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído sucessivamente, pelo Vice-presidente, pelo Secretário-geral e pelo Diretor Administrativo.

### **Art. 27 - Compete ao Vice-presidente:**

I - substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos, e sucedê-lo em caso de vacância;

II - auxiliar o Presidente na execução e supervisão de todos os serviços da Associação;

III - executar as atribuições delegadas pelo Presidente ou pela Diretoria;

IV - substituir, em suas faltas ou impedimentos, o Diretor Financeiro;

V - elaborar projetos de natureza previdenciária, secundária e médica, sugerindo convênios com entidades públicas ou privadas visando à assistência social ao associado e seus dependentes;

VI - assessorar o Presidente nos assuntos de interesse institucional do Ministério Público, incumbindo-lhe, recomendar ao Presidente a expedição de notas de desagravo a membros do Ministério Público. (alterado na AGE de 12.02.2021)

VII - estabelecer e promover o relacionamento institucional com órgãos de comunicação social; (alterado na AGE de 12.02.2021)

VIII - exercer, por delegação do presidente, o papel de porta-voz da Associação; (alterado na AGE de 12.02.2021)

IX - editar o veículo de divulgação interna, segundo as normas aprovadas pela Diretoria; (alterado na AGE de 12.02.2021)

### **Art. 28 - Compete ao Secretário-geral:**

I - organizar e superintender os serviços do seu cargo;

II - manter organizados os arquivos da AMPEB e o cadastro geral de associados, velando por sua permanente atualização;





## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

Shirlyane Mirella de Souza Rodrigues  
1º RDPJ  
Ofício Substituta

- III - responder pela correspondência, pela documentação e pelo expediente da entidade;
- IV - secretariar as Assembleias Gerais, as reuniões da Diretoria ou as que esta realizar em conjunto com outro órgão estatutário, redigindo as respectivas atas, subscrevendo-as e colhendo as assinaturas dos presentes;
- V - substituir o Vice-presidente, nos seus impedimentos ou ausências;
- VI - exercer outras atividades compatíveis com o seu cargo, por designação do Presidente.

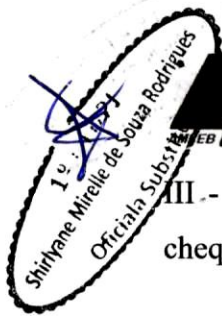
### Art. 29 - Compete ao Diretor Administrativo:

- I - superintender os serviços da administração de pessoal;
- II - administrar os bens móveis e imóveis da Associação, mantendo inventário atualizado;
- III - manter livro de tombo da Associação, consignando a existência e destinação dos bens de consumo duráveis, dando baixa em caso de perecimento ou extravio, comunicando o fato à Diretoria para as providências cabíveis;
- IV - substituir, nas ausências ou impedimentos, o Diretor Secretário;
- V - coordenar a utilização dos apartamentos da "Casa do Promotor" e do Sítio São Paulo;
- VI - exercer outras funções compatíveis com o cargo ou por determinação do Presidente.

### Art. 30 - Compete ao Diretor Financeiro:

- I - arrecadar as contribuições dos associados, os donativos e demais receitas da Associação, depositando os valores correspondentes em conta bancária a esse fim destinada;
- II - efetuar o pagamento de despesas autorizadas pelo Presidente ou pela Diretoria;

- 12 / 07 / 2021 - -  
REG. CIVIL PESSOAS JUR. DA  
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA  
REGISTRO / AVERBAÇÃO  
46868 - 1



## **Associação do Ministério Público do Estado da Bahia**

III - movimentar as contas bancárias da Associação, efetuando depósitos e emitindo cheques ou ordens de pagamento, conjuntamente com o Presidente;

IV - realizar as aplicações ou investimentos financeiros deliberados pela Diretoria;

V - manter sob sua guarda e responsabilidade todo o arquivo de movimentação financeira da Associação;

VI - gerenciar os valores vinculados à Mútua da AMPEB;

VII - elaborar e submeter, previamente, à apreciação da Diretoria os relatórios e balanços financeiros concernentes às prestações de contas a serem encaminhadas ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral;

VIII - executar outras tarefas que lhe forem destinadas pelo Presidente.

**Art. 31 - Compete ao Diretor Sociocultural:**

I - planejar e coordenar as atividades culturais e científicas da AMPEB;

II - planejar e coordenar os eventos sociais da AMPEB, com vista à permanente integração dos associados;

III - elaborar o calendário anual de atividades socioculturais da AMPEB, submetendo-o a Diretoria;

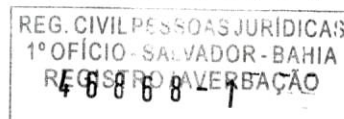
IV - organizar seminários, palestras, painéis, encontros, conferências e congressos visando ao aprimoramento cultural e científico dos associados;

V - gerir a biblioteca da entidade, organizando e ampliando o seu acervo;

VI - coordenar as atividades de comunicação da AMPEB, inclusive as realizadas por meios eletrônicos ou impressos;

VII - estimular a publicação de trabalhos jurídicos e arrazoados forenses, organizando concursos e conferindo prêmios instituídos pela Diretoria aos autores dos melhores trabalhos apresentados;

- 12 / 07 / 2021 - -







## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

Shirlyane Mirelle de Souza Rodrigues  
1º RTOPJ  
Oficial Substituta

VIII - organizar programas de cooperação com entidades congêneres, universidades, centros de estudos nacionais ou internacionais, visando à realização de cursos destinados ao aperfeiçoamento profissional dos associados;

IX - manter intercâmbio com a Fundação Escola Superior do MP;

X - exercer outras tarefas que lhe forem destinadas pelo Presidente.

- 12 / 07 / 2021 -  
REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS  
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA  
REGISTRO / AVERBAÇÃO  
46868-1

Art. 32 - Compete ao Diretor de Esportes:

I - planejar e coordenar as atividades desportivas e de lazer da AMPEB, podendo, para tanto, propor à Diretoria a celebração de convênios ou contratos para utilização de clubes e de outros espaços recreativos pelos associados;

II - organizar competições, campeonatos e torneios esportivos, de âmbito local, regional ou nacional, visando ao conagraçamento e à integração entre colegas;

III - dirigir as delegações da AMPEB nos eventos esportivos de que participar a entidade;

IV - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

Art. 33 - Compete ao Diretor de Aposentados e Pensionistas: (acrescentado na AGE de 12.02.2021)

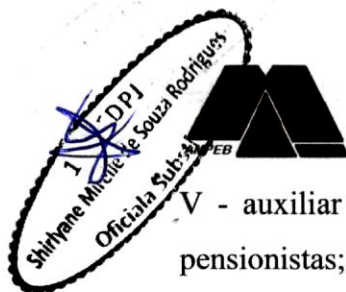
I - desenvolver atividades em defesa das prerrogativas, garantias e direitos dos associados aposentados do Ministério Público e dos pensionistas, adotando as medidas cabíveis, juntamente com o Diretor jurídico e de prerrogativas institucionais;

II - relatar à Diretoria as reivindicações específicas dos associados aposentados e pensionistas;

III - proceder ao acompanhamento de processos de aposentadoria e pensões junto aos órgãos competentes;

IV - implementar ações que busquem a permanente integração dos aposentados e pensionistas nas atividades associativas;

Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)



## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

V - auxiliar a diretoria social na realização de eventos dirigidos aos aposentados e pensionistas;

VI - prestar ampla assistência aos aposentados e pensionistas em todos os assuntos de seu interesse;

VII - supervisionar a comunicação ao pensionista do associado titular falecido, no prazo de trinta dias contados da data do conhecimento óbito, da possibilidade de associar-se à AMPEB, nos termos do art. 3º, inciso III;

VIII - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

Art. 34 - Compete ao Diretor Jurídico e de Prerrogativas Institucionais: (acrescentado na AGE de 12.02.2021)

I - prestar assessoria jurídica ao Presidente e à Diretoria, emitindo pareceres e examinando documentos;

II - acompanhar e coordenar as atividades de assistência jurídica e judiciária aos associados;

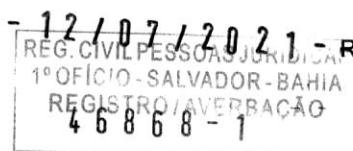
III - substituir, nos afastamentos e impedimentos, o Diretor de aposentados e pensionistas;

IV - acompanhar e propor, se for o caso, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e de quaisquer outras entidades públicas ou privadas, projetos ou medidas de interesse do Ministério Público ou de seus membros;

V - prestar apoio a associado efetivo ou titular que sofrer violação de direito, prerrogativa ou qualquer gravame no exercício de sua atividade funcional ou em razão dela, propondo à Diretoria a adoção de medidas cabíveis;

VI - representar a quem de direito contra o autor da violação referida no inciso anterior, com vistas à promoção de sua responsabilidade nas esferas penal, civil e administrativa;

VII - providenciar assistência judicial e extrajudicial aos associados em atividade no Ministério Público Estadual, quando atingidos no exercício de suas funções;



Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)



VIII - organizar encontros e diálogos sobre temas que digam respeito à defesa das prerrogativas dos associados;

IX - desenvolver atividade em defesa das prerrogativas e garantias do MP, bem como dos associados, ativos e inativos, neste último caso juntamente com o Diretor de Aposentados e Pensionistas;

X - executar outras tarefas que lhe forem cometidas pelo Presidente.

#### **Seção IV - Do Conselho Consultivo**

- 12 / 07 / 2021 - -  
REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS  
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA  
REGISTRO LAVERBAÇÃO  
468681

Art. 35 - O Conselho Consultivo é constituído por 3 (três) membros titulares e um suplente, eleitos na mesma oportunidade que a Diretoria, para mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo único - O suplente será convocado nas ausências ou impedimentos dos titulares.

Art. 36 - O Conselho Consultivo reunir-se-á quando convocado pela Diretoria, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 35, ou, por autoconvocação, nas hipóteses dos incisos III, IV e V do mesmo artigo.

Parágrafo único - As deliberações do Conselho Consultivo serão de três membros e registradas em ata.

Art. 37 - Compete ao Conselho Consultivo:

I - responder às consultas que lhe forem formuladas pela Diretoria;

II - deliberar, em conjunto com a Diretoria, sobre proposta de indicação de sócios honorários;

III - convocar a Assembleia-Geral Ordinária, caso o Conselho Fiscal não adote tal providência na hipótese do inciso V do artigo 37, bem como a Assembleia Geral Extraordinária sempre que ocorrer motivo relevante e urgente;

Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)





## **Associação do Ministério Público do Estado da Bahia**

- elaborar o regulamento para a convocação, realização e apuração das eleições, até o último dia útil do mês de fevereiro do ano em que se realizará o pleito, dispondo sobre:

- a) data, horário e local da eleição;
- b) condições de elegibilidade;
- c) registro de candidaturas;
- d) despesas de campanha;
- e) composição e competência da comissão eleitoral;
- f) prazos e regras da campanha eleitoral;
- g) mecanismos de fiscalização do processo eleitoral pelas chapas concorrentes;
- h) votação e apuração dos votos;
- i) impugnação e recursos;
- j) outras regras pertinentes ao pleito.

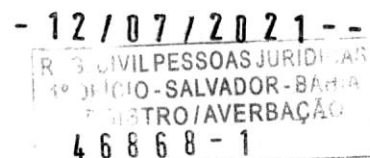
V - funcionar como instância recursal das decisões da comissão eleitoral, nos casos previstos no regulamento das eleições.

### **Seção V - Do Conselho Fiscal**

Art. 38 - O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, dentre os sócios titulares, na mesma oportunidade das eleições da Diretoria e do Conselho Consultivo, para exercício de mandato de 2 (dois).

Parágrafo único - O Conselho Fiscal escolherá, entre os seus membros, o Presidente e o Secretário.

Art. 39 - Compete ao Conselho Fiscal:



Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)



I - examinar, até o último dia dos meses de janeiro, maio e setembro, os livros, arquivos e demais documentos pertinentes à situação administrativa, financeira e patrimonial da AMPEB no quadrimestre findo, ou a qualquer tempo, sempre emitindo o correspondente parecer, devendo a Diretoria fornecer-lhe as informações solicitadas; (alterado na AGE de 27.04.2018)

II - arquivar as atas e pareceres pertinentes ao exame das contas da AMPEB;

III - apresentar, anualmente, à Assembleia Geral ordinária parecer sobre a prestação de contas da Diretoria, referente ao exercício financeiro anterior, tomando por base o balanço contábil, o inventário patrimonial, as demonstrações financeiras ou qualquer outro documento pertinente;

IV - denunciar as irregularidades porventura encontradas, sugerindo as medidas que reputar necessárias para apurá-las, inclusive a realização de auditoria externa independente;

V - convocar Assembleia Geral Ordinária, se a Diretoria retardar por mais de 1 (um) mês a sua convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos relevantes e urgentes;

VI - emitir parecer prévio sobre os atos de gestão que importarem em aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis ou aplicação de receitas, assunção de compromissos ou obrigações financeiras que, de qualquer forma, possam comprometer o patrimônio da entidade além do período do mandato da Diretoria;

VII - solicitar, de órgãos públicos e privados, documentos e informações necessários ao desempenho de suas funções, cujo acesso tenha sido recusado pela Diretoria.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Fiscal poderão indicar contadores legalmente habilitados para assessorá-los nos exames dos livros, inventários, balanços e contas bancárias, cujos honorários serão aprovados pela Diretoria.

- 12 / 07 / 2021 - -

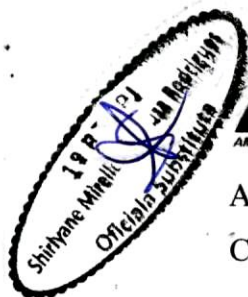
REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS  
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA  
REGISTRO / AVERBAÇÃO  
46868-1

## **CAPITULO IV**

### **DAS ELEIÇÕES**

Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)





## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

Art. 40 - Será realizada eleição para os cargos da Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal, bienalmente, na primeira quinzena do mês de maio.

Art. 41 - A eleição processar-se-á por meio de Assembleia Geral Ordinária (artigo 17), segundo regulamento definido pelo Conselho Consultivo, em conformidade com o presente Estatuto.

Art. 42 - O processo eleitoral, desde a inscrição das chapas até a apuração dos sufrágios e proclamação do resultado, será conduzido por uma Comissão Eleitoral formada por três membros, escolhidos pelo Conselho Consultivo, dentre os associados titulares.

§ 1º - Não poderão compor a Comissão Eleitoral os associados que integrarem a Diretoria, o Conselho Consultivo, o Conselho Fiscal ou quaisquer das chapas concorrentes, bem assim os ocupantes dos cargos ou os que exerçam as funções elencados no parágrafo único do artigo 19.

§ 2º - Os nomes dos integrantes da Comissão Eleitoral serão divulgados juntamente com o regulamento das eleições.

§ 3º - A composição da Comissão Eleitoral poderá ser objeto de impugnação, no prazo de 3 (três) dias, contados da sua divulgação, cabendo ao Conselho Consultivo a decisão, no prazo de 24 horas.

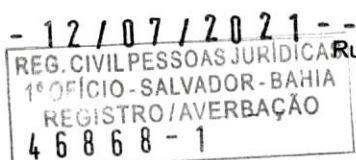
Art. 43 - Compete à Comissão Eleitoral:

I - cumprir e fazer cumprir as disposições do presente Estatuto e do regulamento das eleições;

II - resolver, de plano, os incidentes e questões suscitados ao longo do processo eleitoral;

III - exercer outras atividades especificadas no regulamento das eleições.

Parágrafo único - Caberá a cada chapa registrada indicar um associado para a fiscalização dos trabalhos da Comissão Eleitoral, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos candidatos.



Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)



## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia



Art. 44 - Poderão concorrer aos cargos da Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal quaisquer sócios titulares em dia com suas obrigações estatutárias.

Art. 45 - O Presidente da AMPEB somente poderá integrar nova chapa mediante prévio afastamento de suas funções, pelo menos 30 (trinta) dias antes da data fixada para a eleição.

Parágrafo único - O mesmo prazo de afastamento deverá ser observado por qualquer outro integrante da Diretoria que se candidatar a Presidente.

Art. 46 - São inelegíveis para os cargos da Diretoria os associados que:

I - tenham exercido, nos seis meses antes do pleito, os cargos de Procurador-Geral de Justiça, Corregedor-geral do Ministério Público, Promotor Corregedor, Assessor da Procuradoria-geral de Justiça, Secretário-geral da Procuradoria Geral de Justiça, Coordenador de Centro de Apoio Operacional, Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional ou qualquer outra função gratificada no âmbito do Ministério Público, bem assim a função de Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FESMIP);

II - estiverem afastados de suas funções ou em disponibilidade;

III - estiverem concorrendo ao cargo de Procurador-geral de Justiça ou Corregedor-geral, bem como os que integrem quaisquer das listas previstas nos artigos 94, caput, e 104, Parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e artigo 122, inciso II, da Constituição Estadual;

IV - houverem exercido, por dois mandatos consecutivos, cargos da Diretoria;

V - houverem integrado o Conselho Consultivo na gestão em que se der o pleito.

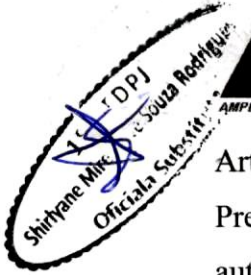
Art. 47 - As candidaturas serão apresentadas em forma de chapa, indicando os respectivos candidatos aos cargos de Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal.

Parágrafo único - Cada associado somente concorrerá a um cargo da Diretoria, Conselho Consultivo ou Conselho Fiscal, não podendo figurar em mais de uma chapa.

Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)







## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

Art. 48 - O pedido de registro de candidatura será formulado pelo candidato a Presidente, até 30 (trinta) dias antes da data definida para a votação presencial, com as autorizações dos demais integrantes da chapa.

Art. 49 - Qualquer associado poderá impugnar candidaturas perante a Comissão Eleitoral no prazo regulamentar (artigo 35, IV), apontando causas de inelegibilidade inobservância de prazo de desincompatibilização, cabendo, da decisão, recurso Conselho Consultivo, no prazo de 2 (dois) dias.

Ari. 50 - Instalada a Assembleia Geral, na forma deste Estatuto, far-se-á a votação em escrutínio secreto.

Art. 51 - O eleitor deverá atribuir o seu voto a uma das chapas concorrentes à Diretoria.

Art. 52 - A votação será realizada por meio eletrônico e, subsidiariamente, por cédulas, admitindo-se ainda o voto por carta até a eleição de 2023, observados os seguintes requisitos para esta modalidade: (alterado na AGE de 12.02.2021)

§ 1º - Para escolha dos membros do Conselho Consultivo o eleitor deverá atribuir voto a, no máximo, três dos candidatos.

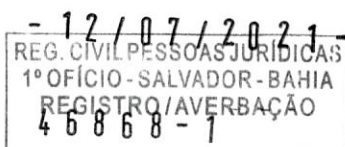
§ 2º - Para escolha dos membros do Conselho Fiscal, o eleitor deverá atribuir voto a, no máximo, seis dos candidatos.

Art. 53 - Excepcionalmente, será admitido o voto por carta, desde que cumpridas as seguintes formalidades:

I - apenas os eleitores residentes fora da Capital poderão votar por carta;

II - uso exclusivo de cédula oficial, envelope e sobrecarta opacos previamente encaminhados pela Comissão Eleitoral com, no mínimo, 20 dias de antecedência do pleito;

III - o voto será depositado no envelope, não identificado e indevassável, o qual será colocado na sobrecarta opaca, que, após cerrada e rubricada sobre seu fecho, será dirigida à Comissão Eleitoral;



Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)



## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia



IV - a sobrecarta, contendo o envelope e o voto, deverá, necessariamente, ser encaminhada, por via postal, à Comissão Eleitoral, mediante registro do local de postagem em que o eleitor estiver, vedada sua entrega por portador;

V - recebimento do voto no local da votação presencial, até o horário de seu encerramento.

§ 1º - A sobrecarta será recebida por funcionário da AMPEB, especialmente designado pela Comissão Eleitoral, e será depositada em urna que permanecerá indevassável até o momento da apuração dos votos, logo após registrado em controle apropriado o nome do eleitor remetente.

§ 2º - As sobrecartas somente serão abertas pela Comissão Eleitoral, por ocasião da apuração dos votos, quando se procederá à verificação de sua regularidade, observando-se, para tanto, o procedimento a ser definido pelo regulamento das eleições.

Art. 54 - Será eleita para a Diretoria, na sua integralidade, a chapa que obtiver o maior número de votos válidos.

Art. 55 - Serão eleitos para o Conselho Fiscal os três candidatos mais votados se, para suplentes, os três que se seguirem, na ordem decrescente de votação.

Art. 56 - Serão eleitos para o Conselho Consultivo os três candidatos mais votados e, como suplente, o candidato que se seguir, na ordem decrescente de votação.

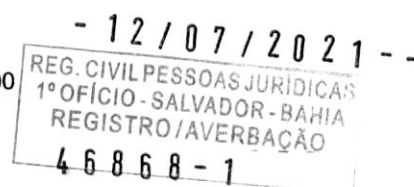
Art. 57 - Em caso de empate na votação para a Diretoria, será considerada eleita a chapa encabeçada pelo candidato mais idoso.

Parágrafo único - Se o empate ocorrer na votação para os Conselhos Consultivo ou Fiscal, será considerado, individualmente, o mesmo critério de desempate.

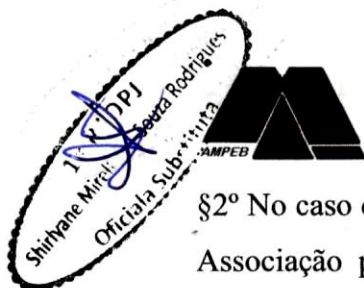
Art. 58 - O regulamento das eleições disciplinará a votação para os cargos de Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal. (alterado na AGE de 12.02.2021)

§1º A regulamentação definirá regras que assegurem o sigilo e autenticidade dos votos obtidos em todos os meios de votação (acrescentado na AGE de 12.02.2021).

Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)







## **Associação do Ministério Público do Estado da Bahia**

§2º No caso da implantação de sistema de votação por meio cibernético ou eletrônico, a Associação poderá adquirir sistema ou estabelecer parceria com outras associações congêneres ou órgãos públicos para utilização de ferramentas de terceiros, respeitada a sua disponibilidade financeira e a as garantias previstas no §1º (acrescentado na AGE de 12.02.2021).

### **CAPITULO V**

#### **DO PATRIMÔNIO DA ASSOCIAÇÃO**

Art. 59 - O patrimônio da AMPEB compor-se-á de subvenções, contribuições e outras receitas, bem como de todos os bens e valores que possua ou venha a possuir.

Parágrafo único - Na hipótese de dissolução da Associação, o seu patrimônio será revertido em favor do Ministério Público do Estado da Bahia, salvo resolução em contrário da Assembleia Geral.

### **CAPITULO VI**

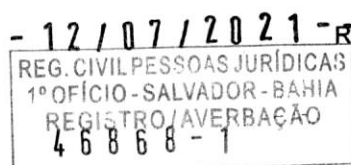
#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 60 - Os associados não respondem, sequer subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

Art. 61 - O presente Estatuto só poderá ser reformado por Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

Art. 62 - A dissolução da Associação e o destino de seu patrimônio só poderão ser decididos em Assembleia Geral Extraordinária a esse fim convocada, observado o disposto no artigo 14, §2º, III.

Art. 63 - A Diretoria, o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal serão empossados, em sessão solene, na primeira quinzena do mês de junho do ano em que se realizar a eleição.



Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)



## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

Shirlyane Mirelle de Souza Rodrigues  
1º RTDPJ  
Oficial Substituta

Art. 64 - Vagando-se cargo da Diretoria, será efetivado na função o respectivo substituto estatutário.

Parágrafo único - Os cargos para os quais não haja substituto estatutário serão preenchidos pela própria Diretoria.

Art. 65 - O sítio eletrônico da AMPEB é o seu órgão informativo oficial.

Art. 66 - A Associação somente se obrigará pelos atos dos seus administradores, quando exercidos nos limites dos poderes definidos no Estatuto.

Art. 67 - No âmbito da Associação, fica instituída A COMENDA DE HONRA AO MÉRITO, a ser conferida a associados ou personalidades que tenham contribuído para o aperfeiçoamento da carreira ou que, por decisão de pelo menos 2/3 (dois terços) da Diretoria, sejam merecedores da honraria.

Art. 68 - Este Estatuto, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 24/09/2012, com posteriores alterações realizada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2018 e 12/02/2021 entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

(artigos renumerados a partir do art. 35, face criação da Diretoria de Aposentados e Pensionistas e Diretoria Jurídica e de Prerrogativas Institucionais, na AGE de 12.02.2021)

ADRIANO MARCUS  
BRITO DE  
ASSIS:64691497587

Assinado de forma digital por  
ADRIANO MARCUS BRITO DE  
ASSIS:64691497587  
Dados: 2021.04.12 17:00:44  
-03'00'

Adriano Marcus Brito de Assis  
Presidente

AUDO DA SILVA  
RODRIGUES:606  
59300591

Assinado de forma digital  
por AUDO DA SILVA  
RODRIGUES:60659300591  
Dados: 2021.04.15 16:55:03  
-03'00'

Audo da Silva Rodrigues  
Secretário-Geral

LUCY MARY FREITAS CONCEICAO  
THOMAS:32617208591

Assinado de forma digital por LUCY MARY  
FREITAS CONCEICAO THOMAS:32617208591  
Dados: 2021.04.13 10:26:15 -03'00'

Lucy Mary Freitas Conceição Thomas  
Diretora Administrativa

MARCIA MUNIQUE  
ANDRADE DE  
OLIVEIRA:8859674  
5572

Assinado de forma digital  
por MARCIA MUNIQUE  
ANDRADE DE  
OLIVEIRA:88596745572  
Dados: 2021.04.12  
17:56:57 -03'00'

Márcia Munique Andrade de Oliveira  
Diretora Financeira

RITA MARCIA LEITE  
SANTOS:77054660  
587

Assinado de forma digital por  
RITA MARCIA LEITE  
SANTOS:77054660587  
Dados: 2021.04.12 16:27:05  
-03'00'

Rita Márcia Leite Santos  
Diretora sociocultural

PAULO CESAR DE  
AZEVEDO:83446540504

Assinado de forma digital por  
PAULO CESAR DE  
AZEVEDO:83446540504  
Dados: 2021.04.20 11:34:20 -03'00'

Paulo César de Azevedo  
Diretor de Esportes

Rua Boulevard América, 59, Nazaré - Tel/Fax: (071) 3320-2300  
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia  
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>  
e-mail: [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)

- 12 / 07 / 2021 - -  
REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS  
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA  
REGISTRO / AVERBAÇÃO  
46868-1

			
<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>			
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.041.124/0001-67 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 17/02/1982	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMPEB			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO BLV AMERICA		NÚMERO 59	COMPLEMENTO CASA
CEP 40.050-320	BAIRRO/DISTRITO NAZARE	MUNICÍPIO SALVADOR	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO FISCAL@FERNANDEZCARDILLO.COM.BR		TELEFONE (71) 3082-5150/ (71) 3082-5151	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/10/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 17/08/2023 às 14:33:50 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA**  
**CNPJ: 13.041.124/0001-67**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 14:23:45 do dia 22/06/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/12/2023.

Código de controle da certidão: **060E.E3E3.F6D5.70EA**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 13.041.124/0001-67

Certidão nº: 41823752/2023

Expedição: 17/08/2023, às 15:19:43

Validade: 13/02/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **13.041.124/0001-67**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 13.041.124/0001-67  
**Razão Social:** ASSOCIACAO DO MINISTERIO PUBLICO DA BAHIA  
**Endereço:** RUA BOLEVARD AMERICA 153 / CAMPO DA POLVORA / SALVADOR / BA / 40050-320

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/08/2023 a 02/09/2023

**Certificação Número:** 2023080405403257130900

Informação obtida em 17/08/2023 15:18:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



## Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20234688759**

RAZÃO SOCIAL	
ASSOCIACAO DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	13.041.124/0001-67

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 17/08/2023, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



## Prefeitura Municipal do Salvador - PMS

Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ  
Procuradoria Geral do Município de Salvador - PGMS

### CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NA SEFAZ E TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Razão Social: ASSOCIACAO DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
CNPJ: 13.041.124/0001-67  
Endereço: BULEVAR AMERICA Nº 59 - NAZARE, SALVADOR/BA - CEP: 40050320 - CASA

Número da Certidão: 267896

É certificado que:

Constam débitos administrados pela SEFAZ com exigibilidade suspensa nos termos do art. 8º, da Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006 - Código Tributário e de Rendas do Município de Salvador (CTRMS), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos;

e/ou

Constam nos sistemas da PGMS débitos inscritos em Dívida Ativa do Município com exigibilidade suspensa nos termos do art. 8º, da Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006 - Código Tributário e de Rendas do Município de Salvador (CTRMS), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Esta certidão se refere à situação fiscal, compreendendo créditos tributários administrados pela SEFAZ e a inscrições em Dívida Ativa junto à PGMS e abrange, inclusive, a situação cadastral do estabelecimento matriz e suas filiais ou imóvel(is) em que esteja(m) na condição de contribuinte.

Conforme disposto no art. 279, do CTRMS, este documento tem os mesmos efeitos da Certidão Negativa.

Fica ressalvado o direito de o Município cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas do sujeito passivo que vierem a ser apuradas.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://sefaz.salvador.ba.gov.br>

Certidão emitida gratuitamente com base na Lei nº 7.186/2006 - CTRMS.

Certidão emitida às 15:21:43 horas do dia 17/08/2023.

Válida até dia 16/09/2023.

Código de controle da certidão: **A7E8.05B4.70CF.0C29.1A51.D914.9E7D.4280**

Esta certidão foi emitida pela página da Secretaria Municipal da Fazenda, no endereço <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>, e sua autenticidade pode ser confirmada utilizando o código de controle acima.



Formulário de Informações Orçamentárias

**Projeto / Ação / Atividade (número e nome):**

3594 - Qualificação dos Integrantes do MP

**Código da Unidade Orçamentária:**

40101

**Código da Unidade Gestora:**

0007

**Saldo Orçamentário:**

212.852,58

**Natureza da Despesa:**

33.90.39 - Outras Despesas de Terceiros - Pessoa Jurídica

**Responsável pela Informação:**

Liliane Formigli Noblat

**Responsável pela Unidade Gestora:**

Tiago de Almeida Quadros

**Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):**

009/2023 - CEAF



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Formigli Noblat** em 18/08/2023, às 10:23, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador 0765655 e o código CRC 71C8E31C.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

Autorizo a realização da despesa referente à contratação da **AMPEB - Associação do Ministério Público do Estado da Bahia**, no valor de **R\$ 186.000,00** (cento e oitenta e seis mil reais), conforme descrito nos formulários "Inexigibilidade Licitação" (documento 0764782) e "Informações Orçamentárias" (documento 0765655).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago de Almeida Quadros** em 18/08/2023, às 10:39, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0765662** e o código CRC **D5F298D2**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminho à ATJ o processo de Inexigibilidade N. 009.2023 - CEAF, para análise.

Relacionado a este, segue o processo SEI 19.09.01968.0016968/2023-94, referente à solicitação e autorização do Gabinete para a aquisição das 300 (trezentas) inscrições para Membros do MPBA no XXV Congresso Nacional do Ministério Público.

Ressalto que não há necessidade de elaboração de contrato, por se tratar de prestação de serviço de execução imediata e pontual.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Formigli Noblat** em 18/08/2023, às 10:44, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0765685** e o código CRC **72DDEED9**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Considerando a necessidade de melhor instrução da inexigibilidade, em atenção aos ditames da Lei Estadual nº 9.433/2005, **encaminhe-se o presente procedimento à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações (DCCL), para que proceda à consulta da situação da pretensa contratada, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública.**

Após, retorne-se.

Salvador, 21 de agosto de 2023.

**Belª. Maria Paula Simões Silva**

*Assessora/SGA  
Matrícula 355.047*

**Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira**

*Assistente de Gestão II  
Apoio Processual ATJ/SGA  
Matrícula 352.748*



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 21/08/2023, às 10:44, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Glauccio Matos Santos Cerqueira** em 21/08/2023, às 10:45, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0767148** e o código CRC **68467930**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que procedemos à consulta da situação da contratada, **ASSOCIACAO DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ **13.041.124/0001-67**, e de seus respectivo representante, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs anexos - 0768162), não tendo sido encontrados registros neste sentido. Ressaltamos, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, que após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Milena Mª Cardoso do Nascimento  
Assistente Técnico-Administrativo  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 21/08/2023, às 16:19, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0767490** e o código CRC **49BB8C7F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Retorne-se o presente expediente à Assessoria Técnico-Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa com a consulta da situação da contratada, **ASSOCIACAO DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ **13.041.124/0001-67**, e de seu respectivo representante, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs 0767490 e 0768162), conforme solicitado no despacho jurídico 0767148.

Milena Mª Cardoso do Nascimento  
Assistente Técnico-Administrativo  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 21/08/2023, às 16:20, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0768165** e o código CRC **1970E444**.

## PARECER

PROCEDIMENTO SEI Nº. 19.09.45340.0020977/2023-56

INTERESSADO: CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EMENTA: CONTRATAÇÃO DIRETA. INSCRIÇÃO EM CURSOS E CONGRESSOS. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ART. 60, INCISO II E § 2º, C/C ART. 23, INCISO VI, DA LEI ESTADUAL Nº 9.433/2005. PELA POSSIBILIDADE JURÍDICA DA CONTRATAÇÃO.

### PARECER Nº. 640/2023

Trata-se de solicitação de autorização para contratação direta, por Inexigibilidade de Licitação, em favor da **AMPEB - Associação do Ministério Público do Estado da Bahia**, no valor de R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais), visando à inscrição de **300 (trezentos) membros deste Ministério Público no XXV Congresso Nacional do Ministério Público**, que ocorrerá de forma presencial, em Salvador/BA, no período de 08 a 10 de novembro de 2023.

As despesas correrão por conta da Atividade 3594 – Qualificação dos Integrantes do Ministério Público, Elemento 33.90.39, cujo saldo orçamentário disponível é de **R\$ 212.852,58 (duzentos e doze mil oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)**.

Instruem o pedido: formulário de solicitação de inexigibilidade, termo de referência, justificativa para a contratação, proposta comercial, programação do evento e certidões de regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica a ser contratada, além de outros documentos relativos à avença.

A unidade responsável justifica a almejada contratação na necessidade de capacitação de membros do ministério Público do Estado da Bahia.

O art. 60, II, e § 2º, da Lei Estadual nº 9.433/2005, dispõe:

*Art. 60 – É inexigível a licitação quando caracterizada a inviabilidade de competição, em especial:*

*(...)*

*II – para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*

*(...)*

*§ 2º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*

O art. 23, VI, da mesma Lei, complementa:

*Art. 23 – Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados aqueles que, na forma da legislação específica de exercício profissional, requerem o domínio de uma área delimitada do conhecimento humano e formação além da capacitação profissional comum, tais como:*

*(...)*

*VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

No que concerne à hipótese de *treinamento e aperfeiçoamento de pessoal*, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União assim

estabelece:

*As contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação. Acórdão 1915/2003-Plenário | Relator: ADYLSO MOTA*

*As contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/1993. Acórdão 1247/2008-Plenário | Relator: MARCOS BEMQUERER*

Outrossim, sobre o objeto da pretensa contratação, manifesta-se a Advocacia-Geral da União:

*Orientação Normativa nº 18/2009:*

**CONTRATA-SE POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 25, INC. II, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, CONFERENCISTAS PARA MINISTRAR CURSOS PARA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL, OU A INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS, DESDE QUE CARACTERIZADA A SINGULARIDADE DO OBJETO E VERIFICADO TRATAR-SE DE NOTÓRIO ESPECIALISTA**

Acerca das contratações de serviços técnicos, de natureza singular, manifesta-se a abalizada doutrina:

*“No universo dos serviços, aqueles referidos no art. 13 se diferenciam porque seu desempenho envolve conhecimentos específicos e peculiares, que exigem não apenas a profissionalidade, mas também uma especialização. Isso não significa que contratação direta possa ser realizada simplesmente em face de sua caracterização, eis que o art. 25, inc. II, exige natureza singular. (...) Ou seja, a ‘natureza singular’ deve ser entendida como uma característica especial de algumas contratações de serviços técnicos profissionais especializados. Enfim e para concluir essa questão, singular é a natureza do serviço, não o número de pessoas capacitadas a executá-lo. (...) A fórmula ‘natureza singular’ destina-se a evitar a generalização da contratação direta para todos os casos enquadráveis no art. 13. É imperioso verificar se a atividade necessária à satisfação do interesse sob tutela estatal é complexa ou simples, se pode ser reputada como atuação padrão e comum ou não. A natureza singular caracteriza-se como uma situação anômala, incomum, impossível de ser enfrentada satisfatoriamente por todo e qualquer profissional ‘especializado’. (...) Podem existir situações de habilidade técnica, como se passa com o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Cada espécie de atividade referida no art. 13 pode envolver situações-padrão e casos anômalos. Apenas esses últimos comportam contratação direta, tal como determinado no art. 25, inc. II.”<sup>1</sup>*

Vislumbra-se no caso a presença dos pressupostos da inexigibilidade de licitação elencados pela lei: a *necessidade de um serviço técnico profissional especializado, de natureza singular e prestado por empresa de notório gabarito*. Trata-se de orientação diferenciada, em relação ao convencional ou rotineiro de mercado, não baseada em métodos padronizados de ensino.

Ante a impossibilidade de se estabelecerem critérios objetivos de comparação entre diferentes metodologias e programas de treinamento, dá-se a inviabilidade de competição requerida pela Lei.

Vale destacar, ainda, que, na presente hipótese, trata-se de curso aberto, cujo valor é aplicado uniformemente a todos aqueles que desejem participar do curso, razão pela qual resta justificado o preço.

Outrossim, tendo a Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações procedido à consulta acerca de eventual existência de penalidades em face da empresa indicada, nada fora constatado.

Por derradeiro, é imprescindível registrar que a pretensa contratação será regida pela Lei Estadual nº 9.433/2005, uma vez que a Medida Provisória nº 1.167/2023 prorrogou até 30 de dezembro a validade das leis sobre compras públicas, quais sejam a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 12.462/2011 e a Lei nº 10.520/2002. Consequentemente, a Lei Estadual nº 9.433/2005, por estar em consonância com as normas gerais estabelecidas pelas Lei Geral de Licitações e Contratos, permanece aplicável pelo mesmo interregno.

Verificando que a hipótese atende aos requisitos legais sobre o tema, **esta Assessoria Jurídica opina pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração.**

É o parecer, s.m.j.

Salvador, 22 de agosto de 2023.

**Bel<sup>a</sup>. Maria Paula Simões Silva**  
Assessora/SGA  
Matrícula 355.047



**Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira**

*Assistente de Gestão II*  
*Apoio Processual ATJ/SGA*  
*Matricula 352.748*

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 12. ed. São Paulo: Dialética, 2008. p. 350.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 25/08/2023, às 00:33, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Matos Santos Cerqueira** em 25/08/2023, às 09:09, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0769925** e o código CRC **C7E7C54E**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Acolho o Parecer nº 640/2023 da Assessoria Técnico-Jurídica e, pelos seus fundamentos, autorizo a inexibibilidade de licitação em favor da AMPEB - **ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, no valor de R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais), visando à inscrição de 300 (trezentos) membros deste Ministério Público no XXV Congresso Nacional do Ministério Público, que ocorrerá de forma presencial, no período de 08 a 10 de novembro de 2023, em Salvador/BA.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios para conhecimento e adoção de providências pertinentes.

**ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO**  
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 25/08/2023, às 18:04, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0773104** e o código CRC **41650C09**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente ao **CEAF - Unidade de Execução Orçamentária Administrativa** com a publicação do resumo da Inexigibilidade de Licitação Nº 009/2023 - CEAF no Diário da Justiça Eletrônico nº 3.403 do dia 29/08/2023 (doc 0776341) para providências cabíveis, tendo em vista a autorização da despesa pelo Superintendente de Gestão Administrativa (doc 0773104) em 25/08/2023.

No ensejo, ressaltamos a necessidade de, **ANTES DE SER EMITIDO O EMPENHO**, que seja verificada a validade do orçamento e certidões da empresa selecionada, a fim de evitar a emissão de empenhos para empresa que não esteja em situação regular.

Milena Mª Cardoso do Nascimento  
Assistente Técnico-Administrativo  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 29/08/2023, às 12:22, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0774175** e o código CRC **E047765B**.

## PORTARIA SGA Nº 309/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.01282.0020752/2023-63, RESOLVE designar as servidoras Cora Alves Sales Silva, matrícula nº 354.845 e Glaucia Kely Salle Chagas da Cruz, matrícula nº 354.189, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 117/2023 - SGA, relativo aos serviços de monitoramento eletrônico da Promotoria de Justiça de Dias D'Ávila

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 25 de agosto de 2023.

André Luís Sant'Ana Ribeiro  
Superintendente de Gestão Administrativa

RESUMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO – Nº 116/2023 - SGA. Processo SEI: 19.09.00925.0020133/2023-97 - Dispensa Nº 003/2023 – PJR de Barreiras. Parecer jurídico: 874/2018. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa Batista e Albuquerque Comércio de Gás E Água LTDA, CNPJ nº 16.568.839/0001-60. Objeto: Fornecimento de água mineral para a Promotoria de Justiça Regional de Barreiras-BA. Regime de Execução: Empreitada por preço global. Valor Global: R\$ 3.840,00 (três mil, oitocentos e quarenta reais). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0022. Ação (P/A/OE): 4058. Região: 9900. Destinação de Recursos: 100. Natureza de Despesa: 33.90.30. Forma de Pagamento: Ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a começar em 01 de setembro de 2023 e a terminar em 31 de agosto de 2024.

## PORTARIA SGA Nº 307/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.00925.0020133/2023-97, RESOLVE designar os servidores Leonardo Vitorio Marques, matrícula 354.825 e Maxwell Rocha Vaz, matrícula 352.192, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 116/2023 - SGA, relativo ao fornecimento de água mineral para a Promotoria de Justiça Regional de Barreiras.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 25 de agosto de 2023.

André Luís Sant'Ana Ribeiro  
Superintendente de Gestão Administrativa

AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE Nº 009/2023 – CEAf. Processo SEI: 19.09.45340.0020977/2023-56. Parecer Jurídico: Nº 640/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a Empresa Associação do Ministério Público do Estado da Bahia – AMPEB, CNPJ: 13.041.124/0001-67. Objeto: Inscrição de 300 membros do MPBA no XXV Congresso Nacional do Ministério Público, que acontecerá no período de 08 a 10/11/2023, em Salvador. Valor: R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais). Data da Autorização da Contratação: 25/08/2023. Dotação Orçamentária/Gestora: 40.101.0007. Ação (P/A/OE): 3594. Região: 9900. Destinação dos Recursos: 100. Natureza da Despesa: 33.90.39. Fundamento Legal: Art. 60, inciso II e § 2º C/C art. 23, inciso VI da Lei Nº 9.433/2005.

## AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 32/2023 – UASG 926302 – PROCESSO nº 19.09.02336.0012285/2023-32 OBJETO: Prestação de Serviços de Engenharia de Manutenção Preventiva e Corretiva em Nobreaks e Estabilizador, instalados na sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada na Avenida Joana Angélica, nº 1.312, Nazaré, Salvador –, conforme edital e seus anexos. AVISO: Licitação homologada em sistema pela autoridade competente, o Superintendente de Gestão Administrativa, no dia 28/08/2023, com base no Parecer nº 639/2023, da Assessoria Técnico-Jurídica. Resultado: FRACASSADO. Termo de homologação disponível no sistema Comprasnet, através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>

## DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

LICENÇA PRÊMIO DEFERIDA					
MAT.	NOME DO SERVIDOR	PROCESSO SEI	LEI Nº	PERÍODO DO AFASTAMENTO/ QT. DIAS	QUINQUÊNIO
353711	THIAGO ALEXSANDRO NOVAES DAS VIRGENS	19.09.02025.0018893/2023-49	13.471/2015 Art. 3º	06/05/2024 A 04/07/2024 - 60 DIAS	2014/2019

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 28 de agosto de 2023.

LICENÇA PRÊMIO DEFERIDA					
MAT.	NOME DO SERVIDOR	PROCESSO SEI	LEI Nº	PERÍODO DO AFASTAMENTO/ QT. DIAS	QUINQUÊNIO
352843	ANTONIO MESSIAS FIGUEIREDO	19.09.02347.0021172/2023-96	13.471/2015 Art. 3º	11/09/2023 A 10/10/2023- 30 DIAS	2009/2014

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 28 de agosto de 2023.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 13.041.124/0001-67  
**Razão Social:** ASSOCIACAO DO MINISTERIO PUBLICO DA BAHIA  
**Endereço:** RUA BOLEVARD AMERICA 153 / CAMPO DA POLVORA / SALVADOR / BA / 40050-320

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 23/08/2023 a 21/09/2023

**Certificação Número:** 2023082318525026376601

Informação obtida em 05/09/2023 08:35:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminho processo de contratação à Dicofin, para conhecimento.



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** em 05/09/2023, às 08:43, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0784653** e o código CRC **D9011FCE**.



## Prefeitura Municipal do Salvador - PMS

Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ

Procuradoria Geral do Município de Salvador - PGMS

### CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NA SEFAZ E TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Razão Social: ASSOCIACAO DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
CNPJ: 13.041.124/0001-67  
Endereço: BULEVAR AMERICA Nº 59 - NAZARE, SALVADOR/BA - CEP: 40050320 - CASA

Número da Certidão: 333435

É certificado que:

Constam débitos administrados pela SEFAZ com exigibilidade suspensa nos termos do art. 8º, da Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006 - Código Tributário e de Rendas do Município de Salvador (CTRMS), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos;

e/ou

Constam nos sistemas da PGMS débitos inscritos em Dívida Ativa do Município com exigibilidade suspensa nos termos do art. 8º, da Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006 - Código Tributário e de Rendas do Município de Salvador (CTRMS), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Esta certidão se refere à situação fiscal, compreendendo créditos tributários administrados pela SEFAZ e a inscrições em Dívida Ativa junto à PGMS e abrange, inclusive, a situação cadastral do estabelecimento matriz e suas filiais ou imóvel(is) em que esteja(m) na condição de contribuinte.

Conforme disposto no art. 279, do CTRMS, este documento tem os mesmos efeitos da Certidão Negativa.

Fica ressalvado o direito de o Município cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas do sujeito passivo que vierem a ser apuradas.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://sefaz.salvador.ba.gov.br>

Certidão emitida gratuitamente com base na Lei nº 7.186/2006 - CTRMS.

Certidão emitida às 15:55:31 horas do dia 13/09/2023.

Válida até dia 13/10/2023.

Código de controle da certidão: **5D17.CC3C.6532.7399.3C32.C3C0.FB9A.07CB**

Esta certidão foi emitida pela página da Secretaria Municipal da Fazenda, no endereço <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>, e sua autenticidade pode ser confirmada utilizando o código de controle acima.

Formulário para Solicitação de Autorização de Inexigibilidade de Licitação

**Unidade Solicitante:**

CEAF

**Objeto:**

Inscrição de até 350 Membros do MPBA no XXV Congresso Nacional do Ministério Público, que acontecerá no período de 08 a 10/11/2023, em Salvador.

**Finalidade / Objetivo da Contratação:**

Capacitação de Membros do MPBA.

Fornecedor Selecionado

**1 - Fornecedor (Nome/Razão Social):**

Associação do Ministério Público do Estado da Bahia - AMPEB

**1 - Endereço:**

Blvd. América, 59 - Nazaré - Salvador/BA - 40.050-320

**1 - CPF/CNPJ:**

13041124000167

**1 - Valor (R\$):**

108.500,00

Anexar:

1 - Certidões - prova de regularidade do fornecedor escolhido, conforme descritas na base de conhecimento.

2 - Minuta do Contrato - Contrato preenchido com as informações orçamentárias (Código da Unidade Gestora, deverá ser verificado na Base de Conhecimento), quando for o caso.

3 - Procedimento Padrão do Contrato (Disponível da Base de Conhecimento).

Fiscais Do Contrato

Fiscal

**Nome completo:**

Não se aplica

**Matrícula:**

Não se aplica

Suplente

**Nome completo (suplente):**

Não se aplica

**Matrícula (suplente):**

Não se aplica

**Responsável pelo preenchimento:**

Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade

Fundamentação Legal: Art. 60 Incisos I, II e II





Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** em 22/09/2023, às 11:36, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.

---



Documento assinado eletronicamente por **Tiago de Almeida Quadros** em 22/09/2023, às 12:25, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.

---




A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0796708** e o código CRC **F28E4DB8**.

---

**RES: Aquisição de Inscrições - MPBA - XXV Congresso Nacional do Ministério Público****ampeb@ampeb.org.br**

Sex, 15/09/2023 12:10

Para:Tiago de Almeida Quadros &lt;tiagoalmeida@mpba.mp.br&gt;;Liliane Formigli Noblat &lt;liliane.noblat@mpba.mp.br&gt;

 3 anexos (555 KB)

Lista - Associados AMPEB.pdf; Lista 2 - Associados AMPEB.pdf; Lista 3 - Associados AMPEB.pdf;

Prezados, bom dia!

Seguem as listas de Membros do MPBA enviadas para o CEAF para realizar inscrição. Pela Procuradoria foram autorizadas 350 inscrições. Até o presente momento, foram efetuadas 325 inscrições, de acordo com as listas aqui anexadas.

**Atenciosamente,**  
Bruna Oliveira  
Assessora da Presidência  
(071) 9-8549-3974  
(071) 3320-2319

**Associação do Ministério Público do Estado da Bahia-AMPEB**  
**Boulevard América, 59 - Jardim Baiano**  
**CEP.40.050-320 / Salvador-Ba**  
**55- 71 - 3320-2300/2319**

***Quer ficar por dentro dos assuntos Institucionais? Adote o site da AMPEB como sua página principal:***

<http://www.ampeb.org.br>

---

**De:** Tiago de Almeida Quadros <tiagoalmeida@mpba.mp.br>

**Enviada em:** sexta-feira, 15 de setembro de 2023 10:57

**Para:** Liliane Formigli Noblat <liliane.noblat@mpba.mp.br>; ampeb@ampeb.org.br

**Assunto:** RE: Aquisição de Inscrições - MPBA - XXV Congresso Nacional do Ministério Público

Prezada Bruna,

Desejamos cumprir com celeridade a contrapartida que nos cabe.

Atenciosamente,

Tiago de Almeida Quadros  
Promotor de Justiça

**Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MP/BA**  
Rua Pedro Américo, nº 13, Jardim Baiano  
Salvador - Bahia - CEP 40050-340  
Telefone: (71) 3321-5243

---

**De:** Liliane Formigli Noblat <[liliane.noblat@mpba.mp.br](mailto:liliane.noblat@mpba.mp.br)>

**Enviado:** sexta-feira, 15 de setembro de 2023 08:59

**Para:** [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br) <[ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)>

**Cc:** Tiago de Almeida Quadros <[tiagoalmeida@mpba.mp.br](mailto:tiagoalmeida@mpba.mp.br)>

**Assunto:** ENC: Aquisição de Inscrições - MPBA - XXV Congresso Nacional do Ministério Público

Bom dia, Bruna!

Conforme conversamos, você poderia me informar, por favor, o total de inscrições autorizadas e o quantitativo de inscrições já realizadas?

Precisamos fazer constar essas informações no processo de autorização, para emitirmos o empenho.

Se tiver esses quantitativos formalizados em algum documento e puder me enviar, seria ótimo.

Grata,

Liliane Formigli Noblat

Coordenadora Administrativa do CEAF

Ministério Público do Estado da Bahia

(71) 3322-5090 / 3321-4628 R. 217

---

**De:** [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br) <[ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)>

**Enviado:** quarta-feira, 13 de setembro de 2023 12:17

**Para:** Liliane Formigli Noblat <[liliane.noblat@mpba.mp.br](mailto:liliane.noblat@mpba.mp.br)>

**Assunto:** RES: Aquisição de Inscrições - MPBA - XXV Congresso Nacional do Ministério Público

Liliane, bom dia.

Segue em anexo as duas relações de Membros do MPBA enviadas para realizar a inscrição. Dessa lista, não foram inscritas Dra. Norma Angélica, Dra. Cleonice de Souza Lima e Dra. Elza Maria de Souza, porque foi deliberado posteriormente que, como ocupam cargo de PGJ, Corregedora Geral e Ouvidora Geral, respectivamente, estão isentas. Portanto, totalizou 316 inscritos pelo MPBA até o momento.

**Atenciosamente,**

Bruna Oliveira

Assessora da Presidência

(071) 9-8549-3974

(071) 3320-2319

**Associação do Ministério Público do Estado da Bahia-AMPEB**

**Boulevard América, 59 - Jardim Baiano**

**CEP.40.050-320 / Salvador-Ba**

**55- 71 - 3320-2300/2319**

***Quer ficar por dentro dos assuntos Institucionais? Adote o site da AMPEB como sua página principal:***

**<http://www.ampeb.org.br>**

**De:** Liliane Formigli Noblat <[liliane.noblat@mpba.mp.br](mailto:liliane.noblat@mpba.mp.br)>  
**Enviada em:** terça-feira, 12 de setembro de 2023 09:37  
**Para:** [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)  
**Cc:** Graziele Maria Grave T de Andrade <[graziele.andrade@mpba.mp.br](mailto:graziele.andrade@mpba.mp.br)>  
**Assunto:** RE: Aquisição de Inscrições - MPBA - XXV Congresso Nacional do Ministério Público

Bom dia, Bruna!

Já estamos providenciando a emissão do empenho com o valor correto.

Você poderia nos enviar a relação dos Membros do MPBA inscritos, por favor? Precisamos anexar ao processo.

Grata,

Liliane Formigli Noblat

Coordenadora Administrativa do CEAF

Ministério Público do Estado da Bahia

(71) 3322-5090 / 3321-4628 R. 217

---

**De:** Liliane Formigli Noblat <[liliane.noblat@mpba.mp.br](mailto:liliane.noblat@mpba.mp.br)>  
**Enviado:** quarta-feira, 6 de setembro de 2023 15:29  
**Para:** [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br) <[ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)>  
**Cc:** Graziele Maria Grave T de Andrade <[graziele.andrade@mpba.mp.br](mailto:graziele.andrade@mpba.mp.br)>  
**Assunto:** RE: Aquisição de Inscrições - MPBA - XXV Congresso Nacional do Ministério Público

Oi Bruna!

Não estávamos cientes desse desconto. Mas ótimo! Vamos estornar esse empenho e emitir outro com o valor correto. Enviaremos até segunda-feira.

Grata,

Liliane Formigli Noblat

Coordenadora Administrativa do CEAF

Ministério Público do Estado da Bahia

(71) 3322-5090 / 3321-4628 R. 217

---

**De:** [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br) <[ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)>  
**Enviado:** quarta-feira, 6 de setembro de 2023 15:14  
**Para:** Liliane Formigli Noblat <[liliane.noblat@mpba.mp.br](mailto:liliane.noblat@mpba.mp.br)>  
**Assunto:** RES: Aquisição de Inscrições - MPBA - XXV Congresso Nacional do Ministério Público

Prezada Liliane, boa tarde!

Acredito ter tido algum engano na emissão da nota de empenho. O valor da inscrição é de R\$ 310 (trezentos e dez reais) para os associados da AMPEB, e até o momento foram 316 inscrições



autorizadas pelo Ministério Público da Bahia. Portanto, o valor da nota de empenho seria de R\$ 97.960.

**Atenciosamente,**  
Bruna Oliveira  
Assessora da Presidência  
(071) 9-8549-3974  
(071) 3320-2319

**Associação do Ministério Público do Estado da Bahia-AMPEB**  
**Boulevard América, 59 - Jardim Baiano**  
**CEP.40.050-320 / Salvador-Ba**  
**55- 71 - 3320-2300/2319**

***Quer ficar por dentro dos assuntos Institucionais? Adote o site da AMPEB como sua página principal:***

<http://www.ampeb.org.br>

---

**De:** Liliane Formigli Noblat <[liliane.noblat@mpba.mp.br](mailto:liliane.noblat@mpba.mp.br)>

**Enviada em:** quarta-feira, 6 de setembro de 2023 14:54

**Para:** [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)

**Cc:** [comunicacao@ampeb.org.br](mailto:comunicacao@ampeb.org.br); Grazielle Maria Grave T de Andrade <[graziele.andrade@mpba.mp.br](mailto:graziele.andrade@mpba.mp.br)>

**Assunto:** RE: Aquisição de Inscrições - MPBA - XXV Congresso Nacional do Ministério Público

Boa tarde, Bruna!

Segue em anexo a nota de empenho referente à aquisição das 300 inscrições dos Membros do MPBA, para participação no XXV Congresso Nacional do Ministério Público.

Nosso Coordenador, Dr. Tiago, informou que Dr. Marcelo Miranda já fez a inscrição de todos os Membros do MPBA. Você poderia me enviar a relação dos Membros inscritos, por favor, para que eu possa anexar ao processo?

Grata,

Liliane Formigli Noblat

Coordenadora Administrativa do CEAF

Ministério Público do Estado da Bahia

(71) 3322-5090 / 3321-4628 R. 217

---

**De:** Liliane Formigli Noblat <[liliane.noblat@mpba.mp.br](mailto:liliane.noblat@mpba.mp.br)>

**Enviado:** quinta-feira, 17 de agosto de 2023 16:17

**Para:** [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br) <[ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)>

**Cc:** [comunicacao@ampeb.org.br](mailto:comunicacao@ampeb.org.br) <[comunicacao@ampeb.org.br](mailto:comunicacao@ampeb.org.br)>

**Assunto:** RE: Aquisição de Inscrições - MPBA - XXV Congresso Nacional do Ministério Público

Oi Bruna, boa tarde!

Confirmo o recebimento dos documentos. Obrigada!

Já estou instruindo o processo.

Atenciosamente,

Liliane Formigli Noblat

Coordenadora Administrativa do CEAF

Ministério Público do Estado da Bahia

(71) 3322-5090 / 3321-4628 R. 217

---

**De:** [ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br) <[ampeb@ampeb.org.br](mailto:ampeb@ampeb.org.br)>

**Enviado:** quinta-feira, 17 de agosto de 2023 14:44

**Para:** Liliane Formigli Noblat <[liliane.noblat@mpba.mp.br](mailto:liliane.noblat@mpba.mp.br)>

**Cc:** [comunicacao@ampeb.org.br](mailto:comunicacao@ampeb.org.br) <[comunicacao@ampeb.org.br](mailto:comunicacao@ampeb.org.br)>

**Assunto:** Aquisição de Inscrições - MPBA - XXV Congresso Nacional do Ministério Público

Prezada Liliane, boa tarde!

Conforme solicitado, seguem em anexo os documentos requeridos para dar seguimento à aquisição de 300 inscrições dos membros do MPBA para o XXV Congresso Nacional do Ministério Público. O representante da AMPEB é o Dr. Marcelo Moreira Miranda, conforme ata de eleição também anexa, cujo documento igualmente segue neste e-mail.

**Atenciosamente,**

Bruna Oliveira

Assessora da Presidência

(071) 9-8549-3974

(071) 3320-2319

**Associação do Ministério Público do Estado da Bahia-AMPEB**

**Boulevard América, 59 - Jardim Baiano**

**CEP.40.050-320 / Salvador-Ba**

**55- 71 - 3320-2300/2319**

***Quer ficar por dentro dos assuntos Institucionais? Adote o site da AMPEB como sua página principal:***

<http://www.ampeb.org.br>







Giovana Souza Barbosa		
Grace de Menezes Campello Apolonis		
Grace Inaura da Anunciação Melo		
Guilherme Abrante Cardoso de Moraes		
Gustavo Pereira Silva		
Helene Esteves Alves		
Horthênsia Fernandes Leão		
Hugo César Fidelis Teixeira de Araújo		
Igor Clóvis Silva Miranda		
Iranildo Lima da Costa Júnior		
Isabel Adelaide de Andrade Moura		
Ítala Maria de Nazaré do Carmo Braga		
Ivan Carlos Novaes Machado		
Ivelinne Noemi Silva Porto Staut		
Jader Santos Alves		
Jailson Trindade Neves		
Janaína Pereira Fonseca Ricon		
Janina Schuenck Brantes Sacramento		
Jessica Camille Goulart Mendes Tojal		
Joana Pedreira Philigret Baptista		
João Paulo de Carvalho da Costa		
João Paulo Santos Schoucair		
João Ricardo Soares da Costa		
José Alberto Leal Teles		
José Jorge Meireles Freitas		
José Pereira de Oliveira		
José Renato Oliva de Mattos		
José Ubiratan Almeida Bezerra		
Joseane Mendes Nunes		
Joselene Machado Dias		
Juliana Varela Rodrigues de Barros		
Jurgen Wolfgang Fleischer Júnior		
Karina Costa Freitas		
Karinny Virgínia Peixoto de Oliveira		
Kárita Conceição Cardim de Lima		
Karyne Simara Macedo Lima		
Kristiany Travessa Rocha Lima de Abreu		
Lair Faria de Azevedo		
Lais Teles Ferreira		
Laise de Araújo Carneiro		
Lara Ferrari Fonseca		
Lara Vasconcelos Palmeira Cruz Leone		
Larissa Avelar Santos		
Leandro Marques Meira		
Leila Adriana Vieira Seijo de Figueiredo		
Leonardo de Almeida Bitencourt		
Leonardo Rodrigues Silva		
Lissa Aguiar Andrade		
Lívia Avance Rocha		
Livia de Carvalho da Silveira Matos		



Marly Barreto de Andrade		
Mayumi Menezes Kawabe		
Milena Moreschi de Almeida		
Millen Castro Medeiros de Moura		
Mirella Barros Conceição Brito		
Moacir Silva do Nascimento Júnior		
Monia Lopes de Souza Ghignone		
Nadja Brito Bastos		
Nataly Santos de Araújo		
Nayara Valtércia Gonçalves Barreto		
Nidalva de Andrade Brito		
Nivaldo dos Santos Aquino		
Nívia Carvalho Andrade		
Núbia Rolim dos Santos		
Otávio de Castro Alla		
Pablo Antonio Cordeiro de Almeida		
Paola Maria Gallina		
Paola Roberta de Souza Estefam		
Patrícia Alves Martins		
Patrícia Camilo Caetano Silva		
Patrícia Kathy Azevêdo Medrado Alves Mendes		
Patrícia Lima de Jesus Santos		
Patrícia Peixoto de Mattos		
Paulo Cesar de Azevedo		
Paulo Marcelo de Santana Costa		
Pedro Araújo Castro		
Pedro Maia Souza Marques		
Pedro Nogueira Coelho		
Pollyanna Quintela Falconery		
Rafael de Castro Matias		
Rafael Macedo Coelho Luz Rocha		
Rafaella Silva Carvalho		
Raimundo de Oliveira Martins		
Regina Maria da Silva Carrilho		
Renata Barros Dacach Assis		
Renata Caldas Souza Lazzarini		
Renata Costa Bandeira Lopes		
Renata Mamede Carneiro Aguiar		
Renata Soares Tallarico		
Ricardo de Assis Andrade		
Ricardo José André Rabelo		
Ricardo Menezes Souza		
Ricardo Regis Dourado		
Rita de Cássia Pires Bezerra Cavalcanti		
Rita de Cássia Rodrigues Caxias de Souza		
Rita Márcia Leite Santos		
Robert de Moura Carneiro		
Roberta Masunari		
Rocio García Matos		
Rodolfo Ribeiro De La Fuente		

Rodrigo Pereira Anjo Coutinho		
Rodrigo Ramos Cavalcanti Reis		
Rogério Bara Marinho		
Romeu Gonsalves Coelho Filho		
Rudá Santos Figueiredo		
Rui Gomes Sanches Júnior		
Samira Jorge		
Samory Pereira Santos		
Sandra Patrícia Oliveira		
Sansulce de Oliveira Lopes Fillardi		
Sara Gama Sampaio		
Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza		
Saulo Rezende Moreira		
Sávio Henrique Damasceno Moreira		
Semiana Silva de Oliveira Cardoso		
Severina Patrícia Fernandes		
Sheilla Maria da Graça Coitinho das Neves		
Silvana Brito Suarez		
Silvana Oliveira Almeida		
Solange Anatólio do Espírito Santo		
Solange de Lima Rios		
Sóstenys Marinho Barreto		
Sumaya Queiroz Gomes de Oliveira		
Susi Giovani Giacomosi Cerqueira		
Suzana Dantas Cerqueira Monteiro		
Tarcísio Logrado de Almeida		
Tatyane Miranda Caires de Mansine Castro		
Tereza Jozilda Freire de Carvalho		
Terezinha Maria Lôbo Santos		
Thaianna Rusciolelli Souza		
Thays Rabelo da Costa		
Theresa Cristina Pinto Rebouças		
Thiago Cerqueira Fonseca		
Thiara Rusciolelli Souza Bezerra		
Thomas Bryann Freitas do Nascimento		
Thomás Luz Raimundo Brito		
Thyego de Oliveira Matos		
Tiago Ávila de Souza		
Vanezza de Oliveira Bastos Rossi		
Vera Leilane Mota Alves de Souza		
Verena Lima de Oliveira Leal		
Victor Freitas Leite Barros		
Victor Teixeira Santana		
Virgínia Ribeiro Manzini Libertador		
Wanda Valbiraci Caldas Figueiredo		
Washington Araújo Carigé		
Wilson Henrique Figueredo de Andrade		



Associado	CPF
Ana Paula Bacellar Bittencourt	
Susila Ribeiro Machado	
Fernanda Presgrave Bruzdzensky	
Jacqueline de Farias Baptista Magnavita	
Antônio Maurício Soares Magnavita	
Valéria Magalhães Pinheiro de Souza	
José Dutra de Lima Júnior	
Bruno Gontijo Araújo Teixeira	
Maria das Graças Polli	
Michelle Roberta Souto	
Thiago Pretti Pedreira	
Guacira Pires Vasconcelos Gavazza de Carvalho	
Francisco Melo Mascarenhas	
Gabriel Andrade Figueiredo	
Pedro Costa Safira Andrade	
João Paulo Gavazza de Mello Carvalho	
Aline Cotrim Chamadoira	
Idelzuith Freitas de Oliveira Nunes	
Rosana Ribeiro Moreira	

ASSOCIADOS	CPF
Ivana Silva Moreira	
Patrícia Silva Moreira Barreto	
Dioneles Leone Santana Filho	
Karine Campos Espinheira	
Fernanda Lima Cunha	
Nivea Cristina Pinheiro Leite	
Lívia Luz Farias	
Lícia Maria de Oliveira	
Paulo Gomes Júnior	
Viviane Chiacchio Pereira Carneiro	
Airton Juarez Chastinet Mascarenhas Júnior	



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

- Retorno os autos ao Gabinete da PGJ para que confirme, ou não, ter sido autorizada a aquisição de 350 (trezentos e cinquenta) inscrições para o Congresso Nacional do Ministério Público.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago de Almeida Quadros** em 15/09/2023, às 16:45, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0797098** e o código CRC **A2C12262**.

19.09.01968.0016968/2023-94

0797098v2



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

- Confirmando a autorização feita pela Procuradoria-Geral de Justiça, no âmbito do expediente 19.09.01968.0023450/2023-72.
- Encaminhe-se o presente expediente ao CEAJ para conhecimento e adoção das providências pertinentes, inclusive quanto às comunicações necessárias.

**PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**

Promotor de Justiça  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Maia Souza Marques** em 21/09/2023, às 14:06, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0803416** e o código CRC **377C83FA**.

19.09.01968.0016968/2023-94

0803416v2



Formulário de Informações Orçamentárias

**Projeto / Ação / Atividade (número e nome):**

3594 - Qualificação dos Integrantes do MPBA

**Código da Unidade Orçamentária:**

40101

**Código da Unidade Gestora:**

0007

**Saldo Orçamentário:**

131.787,58

**Natureza da Despesa:**

33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

**Responsável pela Informação:**

Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade

**Responsável pela Unidade Gestora:**

Tiago de Almeida Quadros

**Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):**

Inexigibilidade N. 009/2023 - CEAF



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** em 13/09/2023, às 15:58, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador 0793846 e o código CRC ED8274E8.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### MANIFESTAÇÃO

Autorizo a realização da despesa referente à contratação da **AMPEB - Associação do Ministério Público do Estado da Bahia**, no valor de **R \$ 108.500,00** (cento e oito mil e quinhentos reais), conforme os formulários retificados de "Inexigibilidade Licitação" (documento 0796708) e de "Informações Orçamentárias" (documento 0793846 ).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago de Almeida Quadros** em 22/09/2023, às 12:25, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0796715** e o código CRC **F737E8B5**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

À ATJ:

Reencaminhamos o presente Processo de Inexigibilidade de Licitação N. 009/2023 - CEAF em favor da AMPEB - **ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, visando à inscrição de Membros deste Ministério Público no XXV Congresso Nacional do Ministério Público, que ocorrerá de forma presencial, no período de 08 a 10 de novembro de 2023. em Salvador/BA, **para apreciação e deliberação, tendo em vista o valor especial de inscrição para Associados e o aumento do quantitativo.**

Ressaltamos que o aumento do quantitativo para até 350 inscrições de Membros foi autorizado pela Procuradoria de Justiça do MPBA, visando oportunizar a participação dos Membros interessados (doc. 0804602 SEI 19.09.01968.0016968/2023-94). Caso o quantitativo de inscritos não atinja as 350 vagas disponibilizadas, o valor das remanescentes será estornado para efeitos de pagamento.

Antes da Alteração 0765559		
Quantitativo de Inscritos	Valor Unitário	Valor Total
300	R\$ 620,00	R\$ 186.000,00
Depois da Alteração 0804602		
Quantitativo de Inscritos	Valor Unitário	Valor Total
Até 350	R\$ 310,00	R\$ 108.500,00

Informamos que foram anexados os seguintes documentos:

- E-mail da AMPEB confirmando o valor para Associados e o quantitativo de inscritos 0804602 ;
- Listas de inscritos 0796670 0796671 0796673;
- Formulário de Solicitação retificado 0796708;
- Formulário de Informações Orçamentárias retificado 0793846;
- Manifestação de autorização de despesa retificado 0796715.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago de Almeida Quadros** em 22/09/2023, às 12:25, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0796718** e o código CRC **628307B6**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

Procedimento nº.:	19.09.45340.0020977/2023-56
Interessado(a):	CEAF
Espécie:	Inexigibilidade de licitação

Trata-se, na origem, de solicitação de autorização para realização de contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, da inscrição de 300 (trezentos) membros do Ministério Público do Estado da Bahia no Congresso Nacional do Ministério Público, que ocorrerá de forma presencial, na cidade de Salvador/BA, no período de 08 a 11 de novembro de 2023.

Após ultimada a instrução processual e emitido o parecer jurídico, devidamente aprovado pela Superintendência de Gestão Administrativa, com publicação da autorização na imprensa oficial, sobreveio **fato superveniente** trazido pelo CEAF, consistindo, em síntese, na atribuição de valor especial conferido aos membros da Instituição por parte da Associação organizadora do evento, diminuindo o valor da inscrição de R\$ 620,00 (seiscentos e vinte reais) para R\$ 310,00 (trezentos e dez reais), e, por consequência, o aumento da quantidade de membros inscritos, de 300 (trezentos) para 350 (trezentos e cinquenta).

O CEAF menciona, inclusive, que já foram inscritos 325 (trezentos e vinte e cinco) membros e que, caso o quantitativo de inscritos não atinja as 350 vagas disponibilizadas, o valor das remanescentes será estornado para efeitos de pagamento.

### É o breve relatório.

Considerando a existência de disponibilidade financeira e orçamentária;

Considerando que já houve emissão de parecer jurídico acerca da presente contratação, opinando pela possibilidade jurídica de realização da contratação direta, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração;

Considerando a informação do CEAF de que o não preenchimento de todas as vagas autorizadas pela Procuradoria Geral de Justiça para inscrição no evento ensejarão o estorno proporcional dos valores;

Considerando que já havia ocorrido a publicação da autorização da contratação na imprensa oficial;

Considerando que ainda não havia sido emitida nota de empenho à pretensa contratada, logo, não houve a celebração do contrato (relação jurídica) entre as partes;

**Esta Assessoria Técnico-Jurídica ratifica o parecer jurídico já emitido nestes autos, ao tempo em que opina pela possibilidade jurídica de realização da contratação em epígrafe, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração, recomendando-se a retificação da autorização publicada anteriormente.**

É a manifestação, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

**Belª. Maria Paula Simões Silva**

Assessora de Gabinete/SGA

Matrícula nº. 355.047

**Bel. Eduardo Loula Novais de Paula**

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Matrícula nº. 353.707



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 22/09/2023, às 17:44, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 22/09/2023, às 17:44, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0805057** e o código CRC **2566D142**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Acolho a manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica, pelos seus fundamentos, relativa à autorização da Inexigibilidade de Licitação em favor da AMPEB - **ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, visando à inscrição de 300 (trezentos) membros deste Ministério Público no XXV Congresso Nacional do Ministério Público, que ocorrerá de forma presencial, no período de 08 a 10 de novembro de 2023, em Salvador/BA.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para retificação da autorização publicada anteriormente e adoção das demais providências cabíveis.

**ANDRÉ LUIS SANT'ANA RIBEIRO**  
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 27/09/2023, às 07:44, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0806437** e o código CRC **A787A62E**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Considerando que a solicitação de alteração da Inexigibilidade de Licitação nº 009/2023-CEAF contemplou um acréscimo de possíveis vagas de inscrição para o XXV Congresso Nacional do Ministério Público (de 300 originariamente, para até 350, conforme doc 0796718), bem assim, considerando que a autorização do Superintendente referiu-se a apenas 300 vagas (doc 0806437), devolvemos o expediente à Superintendência de Gestão Administrativa, solicitando esclarecer se a autorização abrange o acréscimo de vagas ou não.

**Paula Souza de Paula Marques**

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

**Matrícula 353.433**



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 27/09/2023, às 12:00, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0809698** e o código CRC **1750ACE2**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Considerando a manifestação da DCCL (0809698), retifico o despacho da SGA nº 0806437 e autorizo a Inexigibilidade de Licitação em favor da AMPEB - **ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, visando à inscrição de 350 (trezentos e cinquenta) membros deste Ministério Público no XXV Congresso Nacional do Ministério Público, que ocorrerá de forma presencial, no período de 08 a 10 de novembro de 2023, em Salvador/BA. Retorne-se o presente expediente a DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para retificação da autorização publicada anteriormente e adoção das demais providências cabíveis.

**ANDRÉ LUIS SANT'ANA RIBEIRO**  
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 01/10/2023, às 16:29, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0813042** e o código CRC **4BF8F269**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente ao CEAF para providências cabíveis tendo em vista autorização da despesa, referente à Inexigibilidade de Licitação nº 009/2023-CEAF, para a inscrição de até 350 (trezentos e cinquenta) membros do Ministério Público do Estado da Bahia no XV Congresso Nacional do Ministério Público, que ocorrerá de forma presencial, no período de 08 a 10 de novembro de 2023, em Salvador/BA, pelo Superintendente de Gestão Administrativa (doc 0813042) em 01/10/2023.

No ensejo, ressaltamos a necessidade de, ANTES DE SER EMITIDO O EMPENHO, que seja verificada a validade do orçamento e certidões da empresa selecionada, a fim de evitar a emissão de empenhos para empresa que não esteja em situação regular.

**Paula Souza de Paula Marques**

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

**Matrícula 353.433**



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 03/10/2023, às 08:15, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0816656** e o código CRC **7B30C17D**.

ROBERTA MASUNARI, Promotor(a) de Justiça de Juazeiro- SIGA nº 40597.7/2023. Requerimento: autorização de ausência justificada da Promotoria de Justiça, por interesse particular, para o período de 04/10/2023 a 06/10/2023. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 15, XXXIX, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996 e no Ato Normativo nº 3, de 14 de março de 2019. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Joseane Mendes Nunes - Juazeiro - 13ª Promotoria de Justiça, já devidamente cientificado(a). O afastamento autorizado não implica a suspensão da distribuição ordinária dos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais.

TIAGO ÁVILA DE SOUZA, Promotor(a) de Justiça - SIGA nº 40588.7/2023. Requerimento: autorização de ausência justificada da Promotoria de Justiça, por interesse particular, para o período de 03/10/2023 a 04/10/2023. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 15, XXXIX, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996 e no Ato Normativo nº 3, de 14 de março de 2019. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Pablo Antonio Cordeiro de Almeida - Salvador - GEOSP - Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública - 4º Promotor, já devidamente cientificado(a). O afastamento autorizado não implica a suspensão da distribuição ordinária dos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais.

TIAGO DE ALMEIDA QUADROS, Promotor(a) de Justiça da Capital- SIGA nº 40586.7/2023. Requerimento: autorização de ausência justificada da Promotoria de Justiça, por interesse particular, para o período de 30/10/2023 a 01/11/2023. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 15, XXXIX, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996 e no Ato Normativo nº 3, de 14 de março de 2019. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Lourival Miranda de Almeida Junior - Salvador - CGE - Coordenadoria de Gestão Estratégica - Coordenador, já devidamente cientificado(a). O afastamento autorizado não implica a suspensão da distribuição ordinária dos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais.

VICTOR TEIXEIRA SANTANA, titular da Promotoria de Justiça de Amélia Rodrigues. – SIGA nº 54545/2023. Requerimento: Pagamento de diferença de entrância. Decisão: DEFERIDO, vedada a percepção de diárias durante o respectivo período de atuação, em conformidade com o disposto no art. 153 da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996.

---

## **SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

---

### **GABINETE**

---

PORTARIA Nº 371/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, considerando os fatos narrados no expediente protocolizado sob nº 19.09.00855.0025452/2023-90, e de acordo com o Parecer nº 483/2023 da Assessoria Técnica-Jurídica, o qual acolhemos, com fulcro no art. 158, da Lei Estadual nº. 9.433/2005, resolve instaurar Processo Administrativo para apurar a conduta da empresa RGM Construtora e Engenharia Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.887.350/0001-38, para apuração da suposta falta de cumprimento de obrigação do Contrato nº 082/2022 - SGA, bem como constituir comissão processante para este fim, composta pelos servidores Victor da Silva Pimenta, que a presidirá; Alexandre Andrade de Matos e Marjorie da Silva Ribeiro Souza, como membros; e Larissa Almeida Rocha, como suplente.

A Comissão de Processo Administrativo ora instituída tem o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da data de publicação deste ato.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 02 de outubro de 2023.

André Luís Sant'Ana Ribeiro  
Superintendente de Gestão Administrativa

---

## **DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES**

---

AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE Nº 009/2023 – CEAF. Processo SEI: 19.09.45340.0020977/2023-56. Parecer Jurídico: Nº 640/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a Associação do Ministério Público do Estado da Bahia – AMPEB, CNPJ: 13.041.124/0001-67. Objeto: Inscrição de até 350 (trezentos e cinquenta) membros do 5MPBA no XXV Congresso Nacional do Ministério Público, que acontecerá no período de 08 a 10/11/2023, em Salvador. Valor: R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais). Data da nova autorização da Contratação: 01/10/2023. Dotação Orçamentária/Gestora: 40.101.0007. Ação (P/A/OE): 3594. Região: 9900. Destinação dos Recursos: 100. Natureza da Despesa: 33.90.39. Fundamento Legal: Art. 60, inciso II e § 2º C/C art. 23, inciso VI da Lei Nº 9.433/2005.

\*Torna sem efeito a publicação constante da edição nº 3.403 do Diário da Justiça Eletrônico, do dia 29/08/2023.

PORTARIA Nº 365/2023-SGA

A SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Atualizar a designação dos servidores que atuam na gestão e fiscalização do contrato nº 091/2018-SGA, relativo à prestação de serviços de conservação e limpeza em unidades do Ministério Público na capital e no interior do Estado da Bahia, em especial para alterar as designações relativas ao auxiliar de fiscalização da Promotoria de Justiça de Lençóis, conforme abaixo definido:





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminho o presente expediente à Dicoфин, para conhecimento.



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** em 04/10/2023, às 08:19, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0818473** e o código CRC **1E96ADED**.